



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E TRABALHO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ÁREA DE ESPECIALIZAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO EDUCACIONAL

**A participação dos pais na escola: o caso de Jardins
de Infância da Misericórdia da Maia**

Dissertação orientada por:

Professora Doutora Maria da Conceição Alves Pinto

Fernanda Conceição Silva Pinheiro Gonzalez Machado

Porto, Setembro de 2011

Participação da família na escola

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	6
1. A FAMÍLIA	12
1.1 A evolução do conceito de família	12
1.2 Diversidade de modelos familiares	14
1.3 Função socializante da família	14
1.4 A educação informal da família	16
1.5 A escola na vida das famílias	17
1.6 A escola como espaço de socialização da criança	18
1.7 A influência da escola na vida da família	18
2. PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA	22
2.1 O que entendemos por participação	22
2.2 Evolução da participação dos pais na escola portuguesa	24
2.3 Tipologias para a análise da participação na escola	31
2.3.1 Participação activa, passiva e reservada	31
2.3.2 Pseudoparticipação, participação parcial e participação plena	33
2.3.3 Lealdade, protesto, apatia e abandono	33
2.4 Dos pais ausentes aos pais parceiros na decisão	34
2.5 Importância da participação e envolvimento das famílias no processo educativo escolar	36
2.5.1 A importância da comunicação	38
2.5.2 Formas de comunicação	39

Participação da família na escola

2.5.3	Criança mensageira e a mensagem	41
1.	INTRODUÇÃO	47
2.	OBJECTO DE INVESTIGAÇÃO	47
2.1	.Metodologia utilizada	48
2.2	.Instrumento da recolha de dados	48
3.	AMOSTRA	49
3.1	Onde Quando e Como	49
3.2	Caracterização da Amostra	50
3.2.1	Caracterização da Criança	50
3.2.1.1	Idade da Criança	50
3.2.2	Caracterização da Família	51
3.2.2.1	Parentesco à criança	51
3.2.2.2	Habilitações dos pais	52
3.2.2.3	Nível de Instrução Familiar	53
3.2.2.4	Contactos intrafamiliares	55
3.2.2.5	Situação Laboral dos Pais	57
4.	A FAMÍLIA E O JARDIM DE INFÂNCIA	57
4.1	Anos de frequência da Instituição	58
4.2	Forma de obtenção da informação	59
4.3	Disponibilidade dos pais para o Jardim de Infância	61
4.3.1	Variações da disponibilidade para o Jardim de Infância	62
4.3.1.1	Disponibilidade para o Jardim de Infância segundo a situação laboral da Mãe	63

Participação da família na escola

5. ESCOLHA DO JARDIM DE INFÂNCIA	63
5.1 Escolha por razões económicas	65
5.1.1 Variações da escolha por razões económicas	65
5.1.1.1 Escolha por razões económicas segundo o NIF	65
5.2 Escolha por proximidade	66
5.2.1 Variações da escolha por proximidade	66
5.2.1.1 Escolha por proximidade segundo situação laboral da mãe	67
5.3 Escolha por conhecimentos pessoais	67
5.3.1 Variações da escolha por conhecimentos pessoais	67
5.4 Escolha por referência da instituição	68
5.4.1 Variações da escolha por referência da Instituição	68
5.4.1.1 Escolha por referência da instituição por anos de escola	69
5.4.1.2 Escolha por referência da instituição por disponibilidade para o jardim de Infância	69
5.5 Escolha por ambiente acolhedor da instituição	70
5.5.1 Variações da escolha por ambiente acolhedor da instituição	70
5.5.1.1 Escolha por ambiente acolhedor da instituição segundo anos de escola	71
5.6 Escolha por condições de desenvolvimento da criança	71
5.6.1 Variações da escolha por condições de desenvolvimento da criança	72
5.6.1.1 Escolha por condições de desenvolvimento da criança segundo anos de escola	72
5.6.1.2 Escolha por condições de desenvolvimento da criança segundo a disponibilidade para o Jardim de Infância	73
6. PARTICIPAÇÃO DOS PAIS	74
6.1 Desejo de Participação no Jardim de Infância	74
6.1.1 Variações do desejo de participação no Jardim de Infância	75

Participação da família na escola

6.2	Participação promovida pela educadora	76
6.2.1	.Variações da Participação promovida pela educadora	77
6.2.2	Participação promovida pela educadora segundo o nível de instrução familiar (NIF)	78
6.3	Forma de envolvimento nas reuniões	78
6.3.1	.Variações do envolvimento dos pais nas reuniões com a educadora do seu filho	80
6.3.2	Envolvimento dos pais nas reuniões com a educadora, segundo a situação laboral da mãe	80
6.3.3	. Envolvimento dos pais nas reuniões com a educadora, segundo o nível de instrução familiar	81
6.4	Reacções dos pais face ao descontentamento	82
7.	MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO DOS PAIS	83
7.1	Pais Informados	84
7.1.1	Pais Informados: indicadores parcelares	84
7.1.2	Pais Informados: indicador agregado	85
7.1.3	Variações de Pais Informados	86
7.1.4	Pais Informados segundo a idade da criança	87
7.1.5	Comparação de dados com outras investigações	88
7.2	Pais Colaboradores	90
7.2.1	Pais colaboradores; indicadores parcelares	90
7.2.2	Pais colaboradores: indicador agregado	91
7.2.3	Variações de pais colaboradores	91
7.2.3.1	Pais colaboradores segundo anos de frequência do Jardim	92
7.2.3.2	Pais colaboradores segundo a situação laboral da mãe	93
7.2.3.3	Pais colaboradores segundo a disponibilidade para o jardim de infância	94
7.2.4	Comparação com dados de outras investigações	94
7.3	Pais Parceiros	96
7.3.1	Pais parceiros: indicadores parcelares	96

Participação da família na escola

7.3.2	Pais parceiros: indicador agregado	97
7.3.3	Variações de pais parceiros	97
7.3.3.1	Pais parceiros segundo o nível de instrução familiar(NIF)	98
7.3.3.2	Pais parceiros segundo a disponibilidade para o Jardim de Infância	99
7.3.4	Comparação com dados de outras investigações	100
8.	INICIATIVA DA PARTICIPAÇÃO	101
8.1	Iniciativa dos Pais	101
8.1.1	Iniciativa dos Pais: indicadores parcelares	101
8.1.2	Iniciativa dos Pais: Indicador Agregado	102
8.1.3	Variações das Iniciativa dos Pais	103
8.1.3.1	Iniciativa dos pais segundo a disponibilidade para o Jardim de Infância	104
8.2	Iniciativa do J.I.	105
8.2.1	Iniciativa do Jardim de Infância: Indicadores Parcelares	105
8.2.2	Iniciativa do Jardim de Infância: Indicadores Agregados	106
8.2.3	Variações Iniciativa do Jardim de Infância	106
8.2.3.1	Iniciativa do Jardim de Infância segundo o NIF	107
8.2.3.2	Iniciativa do Jardim de Infância segundo a disponibilidade dos pais	108
9.	CONCLUSÃO	109
10.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
11.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115
ANEXOS		118

1. INTRODUÇÃO

A função inerente de uma estrutura educacional deverá ser a de criar condições para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças e jovens, nas dimensões social, cognitiva, emocional e motora.

No século XX, o acesso à escola tomou proporções nunca antes imaginadas. Com a entrada da mulher no mundo do trabalho, as funções da família começaram a ser mais divididas com a escola.

No entanto, a escola tem levado tempo a adaptar-se a esta nova realidade, talvez porque a escolaridade universal a transformou numa escola de massas, sem que tivesse havido grandes alterações na sua estrutura e na sua cultura.

Entendemos que a escola enquanto espaço institucionalizado, deve ser vista sob a óptica de uma organização sócio-cultural, no qual interagem professores, alunos e famílias com concepções e expectativas, nem sempre semelhantes e até contraditórias.

É verdade que nos últimos 20 anos se tem assistido a um crescer de investigações que, de forma unânime, consideram importante uma aproximação da relação da escola com a família, permitindo aos alunos um maior sucesso educativo.

Todavia, este tem sido um percurso longo e doloroso. Os educadores continuam no seu discurso teórico, a exprimir a necessidade dos pais na escola, mas a concretização dessa relação no quotidiano continua a ser muito difícil.

A família funciona como o primeiro e mais importante agente socializador, é o primeiro contexto no qual se desenvolvem padrões de socialização em que a criança constrói o seu modelo e se relaciona com todo o conhecimento adquirido durante a sua experiência de vida primária que se reflectirá na sua vida escolar.

Participação da família na escola

É no seio familiar que se faz a transmissão de valores, costumes, tradições e onde se inicia o processo de consciencialização dos direitos e deveres de cada um, na sociedade, logo, socializar a criança “é o resultado das interações da criança com a sua família e, de forma mais lata, com o seu meio ambiente.” (SEGALEN, 1999,p.194)

Diversos autores manifestam preferência pela utilização do termo “família” em vez de “pais”, justificando essa opção com duas razões. A primeira porque “pais” é um termo sexista e a segunda porque “pais” é um conceito que se aplica apenas aos progenitores biológicos, enquanto “família” engloba um número alargado de figuras, adultos ou crianças, com diferentes laços familiares (como por exemplo, situações originadas por novos casamentos), que podem desempenhar um papel importante na vida da criança. (MARQUES, 1989,p.4). Por isso, no nosso estudo, damos preferência ao termo “família”, pelas razões apontadas.

O nosso estudo incidirá sobre esta relação da família/escola, porque desempenhando nós funções de direcção pedagógica numa IPSS, há mais de duas décadas temos sentido que, nos últimos tempos a relação das famílias com esta instituição tem sofrido grandes alterações. As famílias apresentam uma nova forma de se posicionar face à escola. Afirmam-se com base na diferença e na identidade e já não na base da igualdade e representatividade (cfr. SILVA e STOER, 2005, p.22).

A principal motivação para a realização deste estudo, fundamenta-se na nossa vontade de compreender o modo de actuação das famílias e entender a forma como o Jardim de Infância regula o nível de participação destes actores.

A nossa investigação será realizada numa IPSS, a famílias com crianças em idade pré-escolar.

Para responder às questões que nos propusemos estudar, trabalhamos os conceitos de família e de participação.

Participação da família na escola

Com base nestas leituras, construímos as seguintes questões para o nosso estudo:

1. A que nível se encontra a participação das famílias na escola? Ao nível da co-decisão ou apenas ao nível da informação das decisões tomadas pela escola?
2. As famílias cooperam com a escola?
3. Quais os níveis de implicação das famílias nos processos de decisão da escola?
4. Que tipo de comunicação existe entre as famílias e a escola?

O presente trabalho é constituído por uma introdução, dois capítulos, e uma derradeira parte para as considerações finais.

Na introdução, apresentamos uma contextualização do nosso estudo, centrando-nos nos aspectos que vamos desenvolver.

No capítulo I, fazemos uma revisão da literatura mais significativa na área, da sociologia da família. Desta forma, detemo-nos particularmente no conceito de família, abordamos a diversidade dos modelos familiares, a sua função socializante e a diversidade dos modelos de educação familiar. Fazemos também uma breve referência à influência da escola na vida da família.

Continuamos o nosso estudo com uma abordagem ao conceito de participação sabendo nós que o aumento da importância atribuída à educação da criança e dos jovens, está associada à consciência crescente do papel relevante que a cooperação entre a família e a escola assume no processo educativo da criança.

Terminamos este enquadramento teórico com uma reflexão sobre a importância da comunicação na relação família/escola, como factor determinante do tom da interacção destes actores.

No capítulo II, apresentaremos as questões de investigação, a caracterização da amostra e descreveremos os procedimentos, a análise e o tratamento de dados, onde

Participação da família na escola

faremos uma exposição dos resultados obtidos à luz do quadro de referência que elaboramos.

Nas considerações finais apresentaremos as conclusões obtidas na nossa investigação.

PARTE A – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO I

1.A FAMÍLIA

Participação da família na escola

1. A FAMÍLIA

A família é uma instituição ancestral que não pode ser dissociada dos rumos da sociedade em que está inserida. Devemos reconhecer que a sua evolução está intimamente ligada aos acontecimentos sociais, económicos, religiosos e políticos de cada época, que ditam a sua estrutura enquanto instituição.

Para, P. HORTON. & C HUNT .(1981., p.166), a família é “a instituição social básica, a partir da qual outras se desenvolveram quando a maior complexidade cultural fez com que se tornassem necessárias”. A família assume, pois, um papel importantíssimo em todo o tipo de sociedades existentes.

Na perspectiva de Maxler e Mishler, (cits por GIMENO, 2001, p.40), a família define-se como “um grupo primário, um grupo de convivência intergeracional com relações de parentesco e com uma experiência de intimidade que se prolonga no tempo.” Com efeito, é na família que as pessoas encontram apoio, protecção, carinho e valorização. O sistema familiar é fundamental para o desenvolvimento emocional dos seres humanos.

1.1 A evolução do conceito de família

Embora exista uma grande diversidade de modelos familiares nas diferentes sociedades de todo o mundo, é indiscutível a importância que a família sempre ocupou em todas elas, ao longo dos tempos e até aos nossos dias.

O termo “família” deriva do latim “famulus”, que significa “escravo doméstico”. Este termo foi criado na Roma antiga para designar um novo grupo social que surgiu entre as tribos latinas, ao serem introduzidas na agricultura e na escravidão legalizada.

Participação da família na escola

No direito Romano clássico, a família natural ganha especial importância ao ser baseada no casamento e no vínculo de sangue. A família natural tem por base o casamento e as relações jurídicas que dele resultam, entre os cônjuges e pais e filhos.

Se nesta época predominava uma estrutura familiar patriarcal, nos tempos medievais as pessoas começaram a estar ligadas por vínculos matrimoniais, formando novas famílias.

Segundo Stone L.,(cit. por GIDDENS,2000, p.178), podemos distinguir três fases no desenvolvimento da família, desde os começos do século XVI até ao século XIX.

Numa primeira fase, encontramos um tipo de família nuclear, que vivia numa habitação modesta, inserida em relacionamentos comunitários, incluindo outros parentes. Mais tarde, surge nas classes da alta sociedade, um outro tipo de família, mais autónoma que já se distinguia dos laços com outros parentes e com a comunidade. Numa terceira fase, desenvolveu-se uma organização familiar que consistia em grupos unidos por laços emocionais, com privacidade doméstica e preocupação na criação e educação dos filhos. (ibidem).

No século XX, a família modificou as suas estruturas, fruto das alterações culturais, sociais e económicas que atravessaram todo este século. Com a democratização da sociedade, a entrada da mulher no mundo do trabalho e consequente investimento nas carreiras e mobilidade profissional, a família passou para segundo plano. O controlo da natalidade e adiamento da maternidade, reduziu muito o número de filhos dos casais.(cfr. GIMENO ,o.c., p.20)

A legalização do divórcio causou um aumento de separações e levou à existência de um muito maior número de modelos familiares.

Participação da família na escola

1.2 Diversidade de modelos familiares

Numa sociedade pluralista como a nossa, coexistem diferentes tipos de família. A família tradicional, com pai e mãe biológicos com a mãe a trabalhar em casa é um modelo que deixou de ser predominante. Observa-se o aumento de pessoas que vivem sozinhas, de famílias monoparentais, de famílias recompostas, de união de facto e unipessoais. Perante estes factos, é necessário que a sociedade adopte uma atitude diferente, se dispa de preconceitos, não cultivando estereótipos da “família ideal” e encontre formas de apoiar as estruturas familiares dos nossos dias. (cfr. GIMENO, o.c.,p.21).

CH. SARRACENO e M. NALDINI, (2003, .,p.71), afirmam que “as famílias monoparentais são um fenómeno crescente em todos os países desenvolvidos”.

As imagens negativas que, por vezes, se criam em relação a estes novos tipos de famílias, são muito nocivas, quer para o desenvolvimento das crianças, quer para as relações que estas famílias estabelecem com a escola. Concordamos plenamente com Gimeno, quando esta afirma que “aparecem muitas vezes os supostos” donos da verdade “que em nome da tradição, da ideologia, da ciência, ou de um autoproclamado desígnio divino, são capazes de definir um modelo familiar e decidir tudo o que se deve pensar”,(o.c.p.21), condenando tudo aquilo que seja diferente.

1.3 Função socializante da família

Para entender a função socializante da família torna-se necessário falar de socialização como um processo estrutural, do desenvolvimento da pessoa. As pessoas nascem, vivem e morrem em comunidade. A vida em comunidade rege-se por valores, normas, tradições que é necessário aprender, compreender, praticar nas relações dos indivíduos entre si e com o mundo. (cfr. ALVES PINTO, 1995,p.116).

Participação da família na escola

A socialização é, então, “um processo através do qual o indivíduo interioriza as normas do seu meio sociocultural, se integra e adapta à sociedade convertendo-se num membro da mesma”.(GIMENO ,o.c. p.60).

A família é o primeiro agente socializador na vida do ser humano. Nesta perspectiva, a socialização primária que é não só a que acontece em primeiro lugar, mas também “aquela em que têm de se enraizar todas as socializações subseqüentes para poderem ser bem sucedidas”, (ALVES PINTO, o.c.p.121), define bem a importância que assume a família.” Cada criança só tem acesso indirecto ao significado subjectivo de outrem. Mas o que é específico da socialização primária é a criança estar profundamente tributária do mundo dos adultos responsáveis pela sua socialização. A criança vai interiorizar, não o ambiente que a rodeia, mas a definição que lhe chega através dos adultos com quem interage”. (ibid, p. 122).

É no seio familiar que se faz a transmissão de valores, costumes, tradições e se inicia o processo de consciencialização dos direitos e deveres de cada um, na sociedade, logo, socializar a criança “...é o resultado das interacções da criança com a sua família e, de forma mais lata, com o seu meio ambiente.” (SEGALEN, 1999,p.194)

A família tem ainda um papel educativo essencial, no desenvolvimento das capacidades cognitivas e afectivas da criança. No entanto, não devemos falar de um único modelo de educação intrafamiliar, pois a pertença a diversos grupos sociais condiciona os comportamentos familiares. (cfr.LEANDRO. 2001, p.277). Sobre este assunto, J. KELLERHALS e C. MONTANDON, falam-nos de “estratégias educativas da família” e consideram que a forma como as famílias educam os seus filhos está associada às características estruturais da família e à dinâmica das interacções familiares. (ibidem).

Participação da família na escola

1.4 A educação informal da família

O (in)sucesso escolar é um fenómeno que assume particular destaque nos nossos dias e que preocupa todos os intervenientes no processo educativo.

Vários factores económicos, regionais e culturais, e outros ligados a contextos sócio-familiares, influenciam o sucesso ou o insucesso escolar dos alunos

O baixo nível económico da família pode exigir que os filhos entrem no mercado de trabalho o mais cedo possível, o que leva ao abandono escolar. O nível económico, condiciona também a zona de residência, que por sua vez condiciona o tempo gasto pelo aluno para chegar à escola. O tipo de estímulos educacionais que é propiciado à criança pelos vizinhos e amigos, é também influenciado pela sua zona de residência. O nível económico, condiciona ainda condições básicas como a alimentação, vestuário, possibilidade de acesso a bens culturais, (livros, espectáculos), e um clima propício ao estudo (existência de um quarto de estudo). (cfr. FORMOSINHO, 1987,p 17).

Como factores regionais o facto de o aluno viver no litoral ou no interior, numa aldeia ou numa cidade, tem influência no clima educativo formal que o rodeia. A cidade tem estímulos culturais mais semelhantes aos exigidos pela cultura escolar do que as zonas rurais. Tem mais estímulos visuais, tem uma estrutura urbana complexa, onde se aprende mais facilmente a descodificar mensagens visuais de cartazes, a conhecer jornais diários e muitos outros. A cultura escolar é sem dúvida uma cultura urbana. (ibid, p.18).

Como factor cultural o autor fala-nos da linguagem. É na família que se aprende a falar e famílias de diferentes meios sociais transmitem tipos de linguagem diferentes .O código linguístico dos alunos é, por esta razão, mais ou menos elaborado, distanciando-se, ou não, da realidade quotidiana da escola, pois, "...a posição social

Participação da família na escola

influencia o sucesso escolar porque os alunos não vivem em escolas, vivem agrupados em famílias.” (ibid,p. 27).

Por isso, as práticas educativas familiares são determinantes para a facilitação da socialização escolar, mas não é lícito identificar determinado tipo de pratica educativa familiar com um determinado estrato social de pertença da família, porque várias investigações têm mostrado que “as famílias de um mesmo meio social podem ser muito diversas na forma de funcionar com os filhos e por aí variarem muito na facilitação que podem assegurar na sua integração na escola.” (ALVES PINTO, o.c., p.63).

Os estudos feitos sobre esta problemática têm também revelado que as práticas educativas exercem uma enorme influência na integração dos alunos na vida escolar. São exemplos os estudos apresentados por J, AMADO e I,FEIRE, (2009,p.110) e um estudo apresentado por ALVES PINTO (2003, pp.44-70).

1.5 A escola na vida das famílias

Nos dias de hoje é impensável dissociarmos a escola da família, pois é por demais evidente que uma influencia a outra na educação das crianças e daí que PH. PERRENOUD afirme mesmo que a escola e a família estão condenadas a cooperar (2001, p.30).

A escola complementa a família e é um eficaz meio de transmissão de valores da sociedade e um poderoso agente de formação dos seus alunos.

Participação da família na escola

1.6 A escola como espaço de socialização da criança

A socialização é um processo interactivo pelo qual a criança satisfaz as suas necessidades de relação/comunicação e assimila a cultura da sociedade em que está inserida. Neste contexto, a escola exerce um papel importante na consolidação do processo de socialização, processo este que já ocorre desde o nascimento, mas que se vai prolongar ao longo de toda a vida. (Cfr. ALVES PINTO, 1995,p.116).

A escola é muito importante para o desenvolvimento cognitivo e social da criança . Quando se inicia o processo educativo escolar, a criança vai ser confrontada com um universo escolar que difere muito do universo familiar, no qual viveu, com um conjunto de regras completamente diferentes. Como refere ALVES PINTO (2003, p.41), “a criança - aluno alternará o estatuto de filho no quadro do sistema de interacções familiares com o estatuto de aluno no quadro do sistema de interacções escolares”. Nesta perspectiva, pensamos que é importantíssimo que a escola, perceba a dinâmica do contexto familiar de cada aluno, no sentido de encontrar meios de o integrar com a sua diferença, na vivência quotidiana escolar.

1.7 A influência da escola na vida da família

A relação entre a escola e a família é muito complexa e no ciclo de ensino no qual desenvolvemos a nossa acção docente, assume uma importância fulcral.

A nossa experiência profissional de muitos anos na direcção pedagógica de uma IPSS permite-nos afirmar que a entrada dos filhos na escola, interfere muito com a vida familiar. Por um lado, permite que a mãe regresse à sua actividade profissional, ao fim de 4 meses, o que de outra forma, na maioria dos casos não seria possível. Longe vai o tempo da família extensa na qual os avós cumpriam esta função. Por outro lado, quando um filho entra na escola, surgem, por vezes “problemas de articulação entre a

Participação da família na escola

socialização familiar e a socialização escolar que podem ser de ordem muito diversa e levantar várias questões” !, (ibid. p. 42). Obviamente que se constata muitas diferenças das práticas educativas familiares dos alunos que recebemos, diferenças essas que facilitarão ou dificultarão a integração da criança no mundo escolar. Neste âmbito, parece-nos da maior relevância conhecer bem a posição social, a origem cultural, a actividade profissional, o nível de instrução e a experiência escolar que os pais têm, mas e sobretudo, o modo como são reguladas as relações inter-familiares. Todos estes factores irão condicionar a relação das famílias com a escola.

Quando uma família nos chega pela primeira vez à escola, para nos entregar o seu filho, (referimo-nos a crianças muito pequenas, em idade de creche), vêm com uma grande ansiedade, com uma grande angústia, porque de certa forma sentem que a sua relação com o seu filho está a ser invadida. Na maioria das vezes, é muito mais difícil para os pais deixarem o seu filho na escola, do que a criança adaptar-se ao seu novo espaço. Os pais sentem-se inseguros, precisam de estabelecer um vínculo de confiança com a escola, para se adaptarem à nova situação.

A sintonia entre a escola e a família torna-se um elemento facilitador para que a vida escolar seja vivenciada com tranquilidade e conseqüentemente facilitar o processo de adaptação da criança à escola. O sentimento de segurança que a criança encontra na família, é transferido para o adulto que passa a estar mais próximo, que no contexto escolar é o professor/educador.

PERRENOUD, (2001,p.103), ao reflectir sobre esta problemática analisou 12 eixos em que a escola influencia a família: o emprego do tempo da família, a relação com o espaço, o orçamento, as tarefas, o controle social que exerce sobre os filhos, a actividade educativa, controle do desenvolvimento dos filhos, a vida quotidiana, a

Participação da família na escola

imagem de si, protecção da vida privada, relação ao futuro e estratégias perante as armadilhas escolares e inserção social em diversas redes de relações.

Quando uma criança entra na escola, a vida da família vai directa e indirectamente ser influenciada.

Para algumas famílias, de nível escolar médio ou alto, os trabalhos de casa serão uma forma de acompanhamento dos currículos escolares, mas não nos devemos esquecer que o nosso país tem um baixo nível de instrução escolar, o que levará a que em muitas famílias os filhos têm mais escolaridade que os pais. Nestes casos os trabalhos de casa poderão ser fonte de desentendimento (cfr. ALVES PINTO E V ALMEIDA, .2003, p.218).

Podemos imaginar o fardo que será para uma família com baixas qualificações escolares ajudar o seu filho. Para os pais, que chegam a casa depois de um longo dia de trabalho, poderá ser uma fonte de conflito familiar, o facto de se sentirem cansados e sem competência para ajudarem os seus filhos. Entendemos que, para muitas famílias, os trabalhos de casa são uma forma de discriminação .Nem todos os professores pensam nos factores culturais das famílias de cada aluno, a quando da marcação dos trabalhos a fazer em casa.

Neste sentido, pensamos que a escola só encontrará vantagens em desenvolver formas de comunicação com as famílias dos seus alunos, de modo a criar um espaço de entendimento dos papéis que são atribuídos a cada um e também de forma a encontrar plataformas de cooperação que facilitem a consecução do objectivo primeiro: a integração bem sucedida da criança na escola.

2. PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA

2. PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA

Testemunhamos actualmente uma época em que o interesse pela participação das famílias na escola é crescente, facto que se compreende uma vez que parece existir cada vez maior entendimento de que esta relação de reciprocidade é fundamental para o desenvolvimento da criança.

A família e a escola são ambientes sociais que proporcionam à criança estímulos e modelos que servirão de referência às suas condutas. Investigações têm demonstrado que “o envolvimento parental na vida escolar contribuiu para melhorar significativamente as performances sociais e académicas dos alunos”(DIOGO, 1998, p.21).

2.1 O que entendemos por participação

O termo *participare*, de origem latina é segundo OLIVEIRA (1999,p.25), “composto por duas raízes: o substantivo *parspartis* (parte, porção) e o verbo *capare* (colher,tomar). Traduzindo literalmente quer dizer: colher ou tomar parte. O conteúdo semântico do conceito”participação” faz assim referência a tomar ou ter parte em algo”.

Para ALVES PINTO, na sua perspectiva sociológica de interacção,” não se pode não participar”(1995, p.159).” Mesmo quando se pensa que não se está a participar, está-se afinal a escolher uma modalidade específica de participação”(ibid,p.190).

Opinião diferente encontramos em Teixeira, (1995,p.8), para quem “a participação é a partilha do poder de decidir”, ou seja, a mera presença física com renúncia ao exercício do poder, não deve ser considerada como uma modalidade de participação. Esta deve ser vista como um processo permanente de estabelecer um

Participação da família na escola

equilíbrio entre as competências profissionais de todos os actores da comunidade educativa.

No mesmo sentido, também Lima considera que “...participação e não participação constituem dois termos contraditórios”(1992, p.128). O autor fala de participação democrática ou seja participação na tomada de decisões.(ibidem).

Davies (1989, p. 24), utiliza a expressão “participação das famílias na escola exclusivamente para referir aquelas actividades que supõem algum poder ou influência em campos como o do planeamento, gestão e tomada de decisões nas escolas”. Este autor diferencia participação de envolvimento. Considera “o envolvimento dos pais, como todas as actividades desenvolvidas pelos pais para que os filhos obtenham sucesso educativo. Estas actividades tanto podem ser desenvolvidas em casa como na escola”.(ibid, p.38).

Também SILVA clarifica a diferença entre estes dois conceitos. Por envolvimento “entende-se geralmente o apoio directo das famílias aos seus educandos.” O conceito de participação remete “para a integração de órgãos na escola, nomeadamente ao nível da troca de informações entre a família e a escola. associações de pais ou órgãos a outros níveis do sistema educativo” (o.c., p.83). O conceito de envolvimento inclui ainda as relações entre os alunos e os pais,

2.2 Evolução da participação dos pais na escola portuguesa

Até à industrialização dos séculos XVIII E XIX, a igreja e progressivamente o Estado foram repartindo entre si o poder sobre a educação formal, deixando para as famílias apenas a missão de enviarem os filhos à escola. Por outro lado, os professores foram-se afirmando cada vez mais como profissionais e funcionários de Estado, ao qual não se poderiam opor. Esta aliança de interesses entre Estado e professores colocou as comunidades e as famílias à margem da escola. (VIRGÍNIO SÁ, 2004, P.34).

Ao longo do século XIX, os pais dos alunos que frequentavam os liceus, não se interessavam pela educação dos filhos, não compareciam na escola quando eram convocados. Apenas nos finais dos períodos, pressionavam os professores no sentido de facilitismo. (ibid,p.35)

Esta visão dos pais como defensores dos interesses particulares dos filhos levou a que em Dezembro de 1894, na Reforma Jaime Moniz/João Franco, o legislador defendesse que o Estado não deveria ceder às pressões das famílias criticando a “lógica consumista e pragmática supostamente na atitude dos pais face à escola”(ibidem).

Apesar desta representação das famílias, logo no ano de 1895, surge o decreto de 14 de Agosto que aprova o regulamento geral do ensino secundário, reconhecendo pela primeira vez “...aos pais o direito a serem informados, responsabilizando-se quer o director de classe, quer o reitor por essa função.”(ibidem).

Já no início do século XX, em 1905, tinha surgido o decreto de 29 de Agosto instituindo o caderno escolar que os alunos transportavam e onde os professores escreveriam o que julgassem pertinente, sobre o aproveitamento, a assiduidade e o comportamento. Aos pais restava o dever de verificarem com frequência o conteúdo dos cadernos escolares, mas, de forma subtil, desencorajavam-se os pais a utilizarem este

Participação da família na escola

meio para comunicarem com os professores, ou seja, a comunicação funcionava apenas da escola para a família. No entanto, na circular nº 4 de 5 de Outubro desse ano, os pais aparecem reconhecidos como ajudantes do liceu na educação dos jovens. (Cfr. o.c.,p.36).

Até finais dos anos sessenta a relação da escola com os pais era da iniciativa dos reitores ou dos directores de classe, baseava-se no princípio de que os pais precisavam de ser ajudados para desempenharem o seu papel de pais de aluno e resumia-se a comunicações sobre assiduidade ou disciplina, à comparência em reuniões para que fossem convocados e à participação em festas ou actos solenes.

Esta situação começou a mostrar alguma evolução, pelo menos legalmente, com a aprovação do Estatuto do Ciclo Preparatório em 1968, através da publicação do decreto nº 48572 de 9 de Setembro. Este estatuto criou os serviços de orientação escolar, que tinham como funções ajudar os alunos e as famílias na forma de lidar com as dificuldades escolares e educativas dos alunos. Outra novidade importante foi o facto de permitir a "...presença de um representante dos pais dos alunos no Conselho de Orientação Escolar, quando este reunisse para tratar de certos assuntos da sua competência."(ibid, p.51).

Mas a grande novidade deste diploma ao nível das relações da escola com as famílias deve-se à criação da figura do director de turma, que tinha como função principal promover a relação com as famílias, deixando para segundo plano a coordenação dos professores da turma.(Cfr.ibid.p.52).

Em Portugal, o processo de participação dos encarregados de educação na escola, passou a ter um reconhecimento legal, só depois de 1974, concretamente a partir de 1977, de acordo com a lei nº7, a qual reconheceu formalmente, através das suas

Participação da família na escola

associações, a participação no sistema educativo português e a sua integração nas estruturas educativas.

À data do 25 de Abril de 1974,estávamos ainda muito longe de termos uma representação formal dos encarregados de educação nas escolas, embora já fosse notória alguma preocupação explícita em a escola promover alguma interação com as famílias, incluindo actividades dentro da escola. (cfr.SILVA, 2003, p.131). Todavia, só após o 25 de Abril é que podemos falar de uma verdadeira emergência da participação parental.

Na legislação promulgada no ano da revolução, o Ministério da Educação e Cultura, apenas fez referência vagas aos pais, nomeadamente no preâmbulo do Decreto Lei 735-A/74. Este diploma que, “constitui a primeira tentativa de criar no ensino pós-primário (não superior), uma “gestão democrática”, (ibid,p.136), regulamentada através de órgãos eleitos nas escolas, nomeadamente os Conselhos Directivos”, veio substituir as comissões de gestão, que no período revolucionário passaram a gerir as escolas, por órgãos mais democráticos: o conselho directivo, o conselho pedagógico e o conselho administrativo, procurando assim, reassumir o controlo das escolas.

Quanto aos pais, estes ainda não eram considerados parceiros no processo educativo pois não detinham capacidade de representação nem de associação. (ibid, p.131).

A excepção parece estar no Despacho nº 68/74 de 28 de Novembro, que se destina a regulamentar a eleição do Director da escola e faz referência à possibilidade do Conselho Escolar tomar a decisão de passar a reunir com representantes dos encarregados de educação, dos auxiliares e de outras instituições, tal como as autarquias locais. Estes representantes teriam apenas funções consultivas, mas “a esmagadora maioria das escolas primárias terá “ignorado” aquela “brecha” permitida pela lei”(ibid,p.134). Ou seja, aquela que parece ter sido a primeira referência à participação

Participação da família na escola

de representantes dos pais num órgão de gestão das escolas, embora com funções consultivas, acabou por não ter qualquer consequência prática.

Mais tarde surgiu ainda um novo normativo, o Despacho nº 40/75, de dezoito de Outubro, que trouxe uma série de mudanças com repercussões no funcionamento do Ensino Primário. O Conselho Escolar, pode integrar representantes dos auxiliares de educação, representantes dos alunos, representantes dos pais, representantes da autarquia local e outros representantes de interesse sócio-cultural. Todos estes representantes desempenham funções meramente consultivas.

Apenas em 1976 vemos surgir da parte do Ministério da Educação um sinal, embora tímido, de abertura à presença dos pais em órgãos da escola. Trata-se da promulgação em Outubro do decreto –Lei nº 769-A/76, considerado por SILVA como “um sinal claro da tentativa do Estado de (re)ganhar “espaço” (leia-se, controlo) e que não mais irá abandonar”.(ibid,p.140). Com este diploma, a referência às associações de pais desaparece, mas cria-se o direito de um representante da associação de pais, por esta indicado, estar presente nos conselhos de turma de natureza disciplinar, embora sem direito a voto.

Como já referimos, a promulgação da primeira Lei das Associações de Pais (Lei nº 7/77, de 1 de Fevereiro), surge em 1977 e demonstra um sinal de interesse da parte do Ministério da Educação. Apesar desta lei se destinar apenas ao ensino preparatório e secundário e de se ter esperado dois anos pela sua regulamentação, não deixou de constituir um sinal por parte da tutela das suas intenções quanto à aposta que pretendia fazer na presença dos pais na escola.

Contudo, em termos de participação das famílias no processo educativo, nada se alterou até meados dos anos 80, pois apenas se admitia a presença de um representante

Participação da família na escola

da associação de pais no Conselho Pedagógico e nos conselhos de turma de natureza disciplinar, mas sem direito a voto.

Entretanto, surge o Decreto-Lei 211-B/86, de 31 de Julho, que vem introduzir o novo regulamento dos Conselhos Pedagógicos e dos Órgãos de Apoio das escolas de ensino pós-primário não superior e que no âmbito de uma maior interacção da escola com a comunidade, cria o Conselho Consultivo. Parece-nos importante referir que, apesar do referido diploma atribuir” funções de ligação escola-família-comunidade ao Conselho Pedagógico, ao Conselho de Turma, ao Director de Turma e ao Conselho Consultivo, recém criado, só inclui um representante da Associação de Pais neste último. (ibid, p.144). Este facto poderá ser um indicador da importância que legalmente estava reservada aos pais, quanto à sua participação na vida da escola.

A promulgação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86 de Outubro), foi aprovada por uma maioria expressiva na Assembleia da República, mas continua a excluir a participação das associações de pais na gestão democrática das escolas.

Em Fevereiro de 1989, esta situação sofreu algumas alterações com a publicação do Dec-Lei nº 43/89 de 3 de Fevereiro, que ficou conhecido como a lei da autonomia das escolas e “reconhece aos pais o direito de reclamarem do processo de avaliação dos seus filhos, estabelece que aqueles devem ser ouvidos em caso de infracções disciplinares graves e informados acerca dos serviços de apoio educativo.” (SILVA o.c. pp 146-147).

A 8 de Fevereiro com a publicação do novo regulamento do Conselho Pedagógico, Despacho nº 8 /SERIE/89, determina-se que “aquele órgão passará a integrar um representante da Associação de Pais ou um pai eleito em assembleia caso não exista Associação (ibidem). Fica assim, legalmente, assegurado que os pais passam

Participação da família na escola

a estar no Conselho Pedagógico como membros de pleno direito, mesmo que não exista Associação de Pais, o que, tal como refere SILVA, não garante que a relação formal Escola- família se tenha efectivamente alterado.

A 27 de Novembro é publicado o Dec-Lei nº 372/90 – nova lei das associações de pais, que revoga a anterior e vem facilitar a constituição das associações de pais. Segundo SILVA (o.c. pp147-148), esta lei vem reforçar os direitos de intervenção das associações de pais, tanto a nível da definição das políticas educativas como ao nível da escola, permite que lhes sejam atribuídos subsídios de entidades oficiais, determina a justificação de faltas dadas por funcionários públicos enquanto membros das associações de pais e, ao contrário da lei anterior, aplica-se a todos os graus de ensino.

Pelo Dec-Lei nº 172/91, de 10 de Maio – Regime Jurídico de Direcção, Administração e gestão Escolar, que ficou conhecido como o Novo Modelo de Gestão, passou a ser possível a presença dos representantes das associações de pais no órgão de direcção designado por Conselho de Escola/ Área Escolar e que, no caso das escolas secundárias, se traduzia na presença de dois pais num total de dezoito elementos e dos quais nove eram professores. Tratando-se de escolas do ensino básico, num total de catorze elementos, três seriam representantes dos pais, sendo que sete eram professores. (cfr. SILVA, o.c. p.149).

Em 1998, surge o Dec-Lei nº 115-A/98, de 4 de Maio, que não traz grandes novidades em relação à participação dos pais na gestão da escola. No entanto, segundo SILVA (ibid, p. 153), merece referência o facto deste novo regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos da Educação Pré-escolar e dos Ensinos Básico e Secundário se aplicar a “todos os estabelecimentos públicos de educação e ensino, ou seja, desde o pré-escolar ao secundário”. O autor relembra que o Pré-Escolar e o 1º Ciclo (apenas 5 escolas participaram na experiencia do modelo regulamentado

Participação da família na escola

pelo decreto lei 172/91) estiveram, até aqui, afastados deste processo e que a legislação que servia de base à gestão e administração das escolas do 1º Ciclo tinha já mais de 20 anos.

Como vimos, a participação das famílias na escola, não surgiu como uma resposta a uma clara exigência vinda das bases, mas sim de uma imposição legislativa, o que de acordo com a opinião de SILVA (o.c. p.167), pode ser "uma capa sob a qual se disfarçam a centralização e um maior controlo estatais".

Mas, independentemente da participação dos pais poder ser ou não real e uma mais valia para a gestão democrática das escolas, a verdade é que os pais têm um papel importantíssimo na vida escolar dos seus filhos, o qual nem sempre depende só das vontades legislativas mas também da forma como cada pai representa o seu papel enquanto actor do processo educativo dos seus filhos.

A nossa experiência pessoal e os dados obtidos em estudos feitos sobre este tema, mostram-nos que não é fácil levar a escola e particularmente os professores, a empenharem-se de uma forma efectiva na participação dos pais na escola. É que, se por um lado, os profissionais de educação se queixam de que os pais não vão à escola, por outro lado eles têm medo que a sua presença lhes retire algum poder. (cfr. MONTANDON, 1991, p.12).

A origem sociocultural das famílias, a sua etnia, a sua crença religiosa, o país onde habitam, o número de filhos que têm e suas idades, o facto de a mãe trabalhar ou não a tempo inteiro, o tipo de funcionamento familiar e até a escola que os filhos frequentam, são apenas alguns dos factores que podem levar as famílias a participarem de formas diferentes na escola e a tomarem atitudes diversas na educação dos filhos e no acompanhamento da sua vida escolar. (ibid, pp11-29).

Participação da família na escola

Abordaremos no ponto seguinte as diferentes formas que a participação dos pais pode assumir na escola.

2.3 Tipologias para a análise da participação na escola

A participação tem-se configurado, como base de uma gestão democrática de todas as organizações, assente numa redistribuição de partilha das relações de poder e na colaboração e envolvimento de todos quantos tomam parte nos processos de decisão.

Nos anos 60 e 70 assistiu-se na Europa a um movimento progressista em prol da participação e da democratização das escolas. Em Portugal, este movimento inicia-se após a revolução do 25 de Abril de 1974, com a gestão democrática das escolas (cfr. AFONSO, 1994, pp.31-49).

A participação dos membros da escola foi analisada por variadíssimos autores.

2.3.1 Participação activa, passiva e reservada

LIMA, (1992, pp.178-185), analisa a participação praticada com influencia no governa da escola e classifica-a de acordo com quatros critérios: democraticidade, regulamentação, envolvimento e orientação.

No critério da democraticidade encontramos uma procura de garantias de que todos possam participar nos processos de decisão através de uma participação directa ou indirecta.

Participação da família na escola

O critério da regulamentação analisa a participação à luz de normas que são indispensáveis para fixar os parâmetros e as circunstâncias da participação

O critério do envolvimento refere-se à forma como o actor se posiciona em relação à organização, à sua estratégia e quais os níveis de comprometimento na acção.

O critério de orientação traduz a maneira como os diferentes actores se situam relativamente aos objectivos fixados pela organização.

Com base nos critérios enunciados e através de um processo de conjugação de diferentes formas e tipos de participação, é possível estudar e qualificar a participação praticada pelos actores de uma organização. (ibid ,p. 185).

Para o nosso estudo, dos quatro critérios de participação desenvolvidos por Lima, iremos reter particularmente o critério do envolvimento, por nos parecer o que melhor se enquadra na nossa problemática. Pelo critério do envolvimento procura-se aquilatar os níveis de implicação dos pais nos processos de decisão e acção. Conforme o grau de envolvimento podemos considerar a participação activa, reservada ou passiva.

A participação activa caracteriza-se por um elevado envolvimento na organização individual ou colectiva.

A participação reservada, encontra-se num ponto intermédio entre a activa e a participação passiva. Caracteriza-se por uma actividade menos voluntária mas não configura uma posição de desinteresse ou de alheamento acentuados. O actor educativo, não se envolve ou envolve-se em níveis mínimos seja porque não se sente ainda na posse dos dados necessários a um domínio da situação, seja porque não vê claramente as vantagens/inconvenientes que uma participação activa ou passiva lhe pode acarretar.

A participação passiva caracteriza-se por atitudes e comportamentos de desinteresse e de alheamento. Configura-se frequentemente por uma estratégia de não envolvimento ou de um envolvimento mínimo, sem expressão na acção.(ibid.,pp. 182-183).

2.3.2 Pseudoparticipação, participação parcial e participação plena

Pateman, (1992,p.96) que define participação como “um processo no qual duas ou mais partes influenciam-se reciprocamente na tomada de decisões”, define três níveis de participação : pseudoparticipação, participação parcial e participação plena.

Na pseudoparticipação, a nível da decisão, não ocorre nenhum tipo de participação, uma vez que foram usadas técnicas para persuadir os empregados a aceitarem as decisões que já foram tomadas pela direcção. A participação, a existir, será a nível da execução

A participação parcial, é o processo no qual duas ou mais partes se influenciam reciprocamente no processo de decisão, mas onde o poder final de decidir, pertence só a uma das partes.

A participação plena consiste em dar poder a todos os actores para tomarem parte nos processos de decisão. (ibid,pp.95-98).

2.3.3 Lealdade, protesto, apatia e abandono

Bajoit, apoiando-se nas propostas de Hirschman, propõe uma tipologia para o estudo da participação: “loyalty”-lealdade,” voice”-protesto,”exit”-abandono e acrescenta uma nova “apaty”.-apatia.

Para Bajoit, tal como para Hirschman, as formas apresentadas referem-se às reacções face ao descontentamento que analisou sob o ponto de vista económico. A categoria apatia foi criada para os indivíduos que participam passivamente (cfr. BAJOIT, p.325).

Participação da família na escola

Lealdade: o indivíduo hesita em deixar a organização, à qual pertence mesmo se está em desacordo com ela.

Protesto: é a reacção inversa ao abandono. O indivíduo fica, mas procura reduzir ou suprimir o seu descontentamento tentando mudar o sistema de interacção do seu interior. Continua a cooperar mas entra em conflito mais ou menos aberto.

Apatia: modera os efeitos do protesto ou abandono, dando tempo aos dirigentes de reagir. Não abre o conflito e provoca uma deteiorização da cooperação. Na medida em que já não adere à finalidade da relação, em que faz o menos possível, em que não toma a iniciativa para melhorar a qualidade do produto da cooperação, o indivíduo apático deteora-a.(ibid, pp.327-331).

Abandono: “o indivíduo sai do sistema de interacção, rompe a relação social, cessa de cooperar, subtrai-se à autoridade, ao poder que exerce ou que sofre” (BAJOIT, o.c., p.328).

2.4 Dos pais ausentes aos pais parceiros na decisão

O envolvimento das famílias na escola, assume particular relevância na faixa etária das crianças do nosso estudo.

O conceito de envolvimento relaciona-se com um tipo de trabalho directo realizado pela família junto dos educandos, (cfr,SILVA, 2003, p.83). O tipo de dinâmicas que nos interessa tratar diz respeito, às relações que os pais estabelecem com a escola e que a escola estabelece com os pais.

Para o nosso estudo iremos usar as três categorias de participação dos pais na escola de Teixeira (2003): pais informados, colaboradores e parceiros.

Participação da família na escola

O primeiro nível, pais informados, são aqueles que conhecem o que acontece na escola, sem qualquer tipo de participação nas atividades da escola.

Os pais colaboradores prestam apoio à escola, participam em atividades e podem mesmo dar sugestões para a resolução de problemas, todavia estão excluídos de qualquer decisão.

Parceria, por sua vez, já significa participação ao nível da definição da política educativa da escola. Os pais parceiros situam-se ao nível da co-decisão. Participam na resolução de problemas da escola, na tomada de decisão nas matérias que dizem respeito aos seus filhos e em questões de organização da escola. (Cfr. TEIXEIRA, o.c. pp 181-183).

Embora continue a verificar-se por parte das famílias grande desconhecimento acerca dos seus direitos, o que também contribui para a sua falta de participação, a prova é que continua a predominar em muitas escolas, “a defesa dos interesses particulares sobre os gerais” (SILVA & STOER, 2005, p.17). De acordo com os mesmos autores, as famílias de classe média baixa não sentem condições para liderar processos, acabando por se afastar, dado que essas funções ficam sempre na posse dos grupos com maior experiência e cultura de escola, os quais acabam por dominar as relações.

A família e a escola podem promover situações complementares e significativas de aprendizagem que favorecerão as crianças em desenvolvimento uma vez que estas duas instituições dividem e partilham as suas responsabilidades no que diz respeito à socialização e educação das crianças.

DAVIES(o.c.,p.37), a este respeito refere que “o envolvimento dos pais proporciona múltiplos e diversos benefícios: para o desenvolvimento e aproveitamento

Participação da família na escola

escolar das crianças, para os pais, para os professores e as escolas e para o desenvolvimento de uma sociedade democrática”.

Vários estudos desenvolvidos comprovam que, no caso de pais que procuram desenvolver uma efectiva participação e envolvimento nas actividades e no desenvolvimento do projecto educativo da escola, emergem características específicas que passam pela tendência para um contributo no enriquecimento da imagem dos filhos, de aumento das expectativas destes face à escola, de promoção da aquisição de novas competências educacionais (melhorando as suas próprias praticas educativas familiares), e de estabelecimento de relações mais calorosas e participativas com a instituição escolar (cfr. *ibid*, o.c. pp38-42).

Por outro lado, do ponto de vista da escola e dos professores, a existência de um verdadeiro envolvimento parental, também se reflecte ao nível do seu desempenho.

Pensamos poder inferir que quando as famílias desenvolvem estratégias de envolvimento na escola dos seus filhos, todos os actores da comunidade escolar ficam enriquecidos.

Embora haja ainda um longo caminho a percorrer neste âmbito, pensamos que a legislação referente à participação das famílias na escola muito tem contribuído para que esta situação se vá alterando.

2.5 Importância da participação e envolvimento das famílias no processo educativo escolar

Correntemente, a utilização do termo participação na escola, não levanta grandes dúvidas sobre o seu significado, mas este aparente consenso, esconde outra realidade,

Participação da família na escola

especialmente quando está em causa a distribuição de poderes entre os diferentes parceiros educativos.

Comungamos inteiramente com ALVES PINTO, (1995,p.167), quando afirma que “qualquer organização é um espaço de interacções caracterizado por normas e códigos específicos, assentes numa forma determinada de gestão do poder.”

Quando numa organização os seus intervenientes se apercebem que não conseguirão retirar grandes resultados para as suas estratégias, porque fazem apenas parte de órgãos consultivos, optam pelo retraimento. Por outro lado, se percebem que fazem parte de um projecto conjunto e através dele poderão desenvolver o seu projecto pessoal, então optarão por estratégias de cooperação. (ibid.,p.160)).

LIMA ,(1992, p.129), refere que “o estudo da participação nas negociações educativas, designadamente na escola, remete para a problemática da democratização da educação e do ensino e para a construção da escola democrática.”

Como bem refere TEIXEIRA, (o.c., p.81), “a escola, ao passar de um modelo de gestão exclusivamente entregue ao poder central e aos seus representantes legais, os professores, para um modelo de gestão assente sobre a participação alargada a vários parceiros educativos, pode encontrar uma nova viabilidade.”

Estamos perante um novo fenómeno social, o da participação organizada dos pais na vida escolar e não nos podemos esquecer que esta relação se consubstancia na interacção entre os diferentes actores educativos: pais, professores, alunos e pessoal não docente.

2.5.1 A importância da comunicação

A forma como comunicamos revela o entendimento que temos de nós e dos outros com quem comunicamos.

Com o surgimento de novos tipos de famílias, bem como as escolas repletas de alunos oriundos de diferentes estratos económicos, sociais e culturais, a comunicação que se estabelece entre os diferentes intervenientes, exige uma maior compreensão e aceitação por parte de todos.

Partindo do pressuposto que a escola e a família têm funções complementares junto do aluno, não devendo nenhuma delas sobrepor-se, mas antes interagir e complementar-se na desigualdade, só será possível que a comunicação aconteça de forma harmoniosa se cada uma das partes tiver como objectivo um entendimento efectivo.

MARC e PICARD, ao fazerem uma abordagem sistémica da comunicação, consideram-na como “um sistema aberto de interacções”,(s/d, p.37), ou seja não podemos falar de comunicação sem falar das relações entre os indivíduos que interagem.

No mesmo sentido, AMOUREUX, considera que qualquer acção de comunicação tem como objectivo influenciar o seu destinatário mas não nos podemos esquecer que ela também influencia o emissor. (1996,p.80).

Se entendermos que “a arte de comunicar é criar, nos que estão face a face, o desejo de ficar e não partir, não porque são obrigados, mas porque se sentem “presos” tal como o estariam a um bom livro”,(ibid.,p.80), não será difícil imaginar que a relação entre família e escola poderá resultar se estas duas instituições aprenderem a ouvir-se mutuamente.

Participação da família na escola

A história tem-nos mostrado como tem sido difícil a comunicação entre a família e a escola mas se pensarmos que “não existe a possibilidade de não comunicar” (WATZLAWICK, 1993,p.45), facilmente entenderemos que esta é uma questão que urge solucionar.

A comunicação é fundamental em qualquer organização pois “...ela é como o óleo que permite que as engrenagens organizacionais funcionem e assegura a interacção das diferentes partes da empresa” (SANDRA MICHEL, s/d, p.310).

2.5.2 Formas de comunicação

Todo o nosso comportamento tem valor de mensagem e vai influenciar os outros; logo quando duas pessoas trocam uma mensagem estão em interacção.

Numa perspectiva pragmática, WATZLAWICK, BEAVIN e JACKSON, definem comunicação como sinónimo de comportamento. “Todo o comportamento, não só a fala, é comunicação e toda a comunicação-mesmo as pistas comunicacionais num contexto impessoal-afecta o comportamento”.(1993.p.19).

Todo o nosso comportamento tem valor de mensagem e vai influenciar os outros. Consigo comunicar com um simples olhar e quer a mensagem seja intencional ou não, o facto é que funciona como mensagem .(cfr. o.c.pp 44,45).

Quando duas pessoas comunicam através da palavra falada ou escrita, estamos perante um caso de comunicação digital.

O código digital é um código objectivo e preciso que confere maior complexidade e versatilidade à comunicação.

WATZLAWICK, BEAVIN e JACKSON,(o.c.,p 56), afirma que “as palavras são sinais arbitrários que se manipulam de acordo com a sintaxe lógica da linguagem”. Cada

Participação da família na escola

palavra representa um objecto e entre esta e o objecto não existe qualquer relação. Trata-se apenas de uma convenção da linguagem.

Mas quando duas pessoas comunicam, elas não usam somente a palavra. Há muitos outros elementos que contribuem para que a comunicação se realize: os gestos, os olhares, a tonalidade da voz e até a apresentação física. Todos estes elementos transmitem mensagens e formam a comunicação não verbal. (cfr. MARC e PICARD, s/d,p.161).

A comunicação não verbal situa-se exteriormente à linguagem. Ela diz respeito às trocas de impressões que se processam de uma forma quase inconsciente entre indivíduos que não procuram necessariamente comunicar um tipo de mensagem preciso.

Quer isto dizer que, na generalidade, “a comunicação não verbal escapa à vontade e à consciência” (MICHEL, s/d, p.330).

Podemos então considerar que a comunicação não verbal é uma forma de expressão das nossas emoções.

BITTI e ZANI, (1993,P.76), sobre este assunto, afirmam que “...os sinais não verbais que acompanham o discurso podem constituir indicadores importantes para a avaliação dos reais sentimentos de quem fala”.

Quantas vezes acontece que a mensagem verbal e a não verbal é discordante e o resultado é um discurso sem credibilidade.

Como refere MICHEL (o.c.p.334), “uma mensagem verbal é mais bem aceite e é mais facilmente memorizada quando a atitude não verbal corresponde. Desempenha um papel reforçador, quer se trate de uma mensagem positiva ou negativa.”

WATZLAWICK, conclui sobre este assunto que se a comunicação não é apenas conteúdo mas também engloba a relação, então os elementos analógicos e digitais, existem conjuntamente e completam-se mutuamente. (cfr. o.c.p.59).

Participação da família na escola

Se olharmos a relação escola- família , a relação entre pessoas de diferentes níveis sociais, culturais e étnicos, por um lado e entre a cultura escolar e as culturas locais, por outro, podemos deparar-nos com uma escola enquanto espaço de encontro de culturas, onde “é muito fácil deixar a cultura dos seus alunos à porta”. (SILVA,o.c., p.358). Esta problemática levar nos-ia a abordar o tema da cultura de escola, que apesar de nos parecer um tema interessantíssimo, se afasta do âmbito do nosso estudo. Pretendemos somente afirmar que é nossa convicção que a comunicação que se estabelece entre a família e a escola condiciona a forma de participar desta classe de actores.

2.5.3 Criança mensageira e a mensagem

Quando analisamos a forma como as famílias comunicam com a escola, é frequente encontrarmos um tipo de comunicação que passa essencialmente pelos alunos e não pelas famílias directamente. Nestes casos, “... as crianças assumem o controlo da comunicação tirando vantagens para si.” (PERRENOUD, 1994,p.48).

Não se pode trabalhar a comunicação directa ignorando o papel da criança, como mensageiro e mensagem, funcionando como um satélite da família e da escola.

Pais e professores comunicam através do filho/aluno, muitas vezes sem darem conta e outras vezes para se defenderem, tendo sempre a influência da mensagem e do mensageiro. (cfr.PERRENOUD, 2001,p.31).

Os contactos directos entre pais e professores são parcialmente controlados pela criança, mesmo quando ela está ausente da cena, o go-between exerce uma certa influência, não perdendo todo o controle da comunicação. Ao mesmo tempo dá-lhe uma

Participação da família na escola

margem de manobra, permitindo-lhe evitar as alianças muito estreitas com e entre os adultos dos quais depende.

“A criança intervém selectivamente e activamente na comunicação entre professor e pais... Quando se lhe confia uma mensagem joga também os seus trunfos, por vezes esquece, censura ou inventa.”(PERRENOUD, 1995,p.112).

No nosso nível de ensino, em que as crianças são muito pequenas, (grupo etário dos 0 aos 6 anos), verificamos que quando as crianças falam em casa repetidamente de algum adulto da escola, os pais sentem necessidade de o conhecer e conhecerem o tipo de trabalho realizado pelo adulto com a criança. Chegam mesmo a sentir ciúmes daquele adulto com o qual a criança se identifica. Nestes casos, as crianças assumem um papel fundamental no desenvolvimento da comunicação entre os educadores e a família. É através dos filhos que interagimos com as famílias, mesmo com aquelas que participam menos na vida da escola.

Entre as famílias e a escola, o principal meio de comunicação é o go-between, independentemente da idade dos alunos.

Importa então reflectir para melhorar e recriar diferentes formas de interagir, mais saudáveis, com o objectivo de combater barreiras comunicacionais entre as famílias e a escola.

Participação da família na escola

CONCLUSÃO

Nos últimos anos, fruto da evolução dos acontecimentos sociais, económicos, religiosos e políticos, a família modificou as suas estruturas e organizou-se de diversas formas, tendo em conta os novos valores da sociedade. Assistimos à inversão do seu conceito tradicional, que levou ao aparecimento de novas tipologias familiares.

Da grande família da época tradicional, passamos à pequena família, onde novos valores e funções sociais lhe são atribuídas.

No processo de educação temos as instituições, escola e família, consideradas as mais vocacionadas como agentes de educação, que deverão ser colaborantes.

Neste contexto, será pertinente criar um diálogo responsável, entre a família e a escola, sem que nenhuma perca de vista o âmbito das suas competências. A escola não pode esquecer que a família é o primeiro agente socializador na vida do ser humano e que ela exerce um papel importantíssimo na consolidação deste processo de socialização. Escola e família complementam-se nesta função.

A tarefa não é fácil, impõe-se uma grande abertura de ambas as partes para em conjunto poder ajudar no exercício da função educativa da criança.

De acordo com a legislação que tem vindo a ser definida, pretende-se que o relacionamento escola/família se estabeleça de forma a contribuir para uma melhor e mais eficaz qualidade, não só do sistema como do próprio ensino.

O princípio da Democraticidade e da Participação de todos os intervenientes no processo educativo, estipulados pela Lei de Bases do Sistema Educativo, organizam-se de forma a contribuir para desenvolver o espírito e a prática democrática, através da adopção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência quotidiana, em que se

Participação da família na escola

integram todos os intervenientes do processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.

Depois de uma leitura atenta da legislação sobre este assunto, percebemos que o processo de participação das famílias na escola, tem sofrido um longo e demorado processo de implementação nas escolas e que ainda levará algum tempo até que possamos assistir a uma verdadeira relação de parceria entre estes actores.

Para a concretização desta parceria, muito contribuirá a forma de comunicar entre a escola e a família. Com o surgimento de novos tipos familiares e com a massificação do ensino, que nos trouxe escolas repletas de alunos oriundos de diferentes estratos sociais, económicos e culturais, a comunicação assume um papel fundamental.

“Vale nada ou pouco perder tempo a dizer coisas; vale mais fazê-las sentir, tocar, porque é a experiência da comunicação que faz a memória e não o discurso sobre a experiência.” (AMOUREUX, 1996, p.110). As famílias ao sentirem-se verdadeiramente ouvidas e tomadas em consideração, terão atitudes de verdadeiro envolvimento na escola.

Famílias e escola continuam ainda longe de um nível desejável de cooperação na formação das gerações mais novas.

A escola, através da legislação, embora tenha passado a considerar a participação dos pais na vida da escola, de extrema importância, na concretização deste objectivo apenas lhe concede um tipo de intervenção formal e global na organização escolar. No entanto, há uma dimensão educativa importantíssima que não podemos esquecer que se traduz nas actividades de aprendizagem que as crianças realizam em casa e no envolvimento das famílias na vida escolar dos seus filhos.

Entendemos que a família tem um papel educativo essencial, no desenvolvimento das capacidades afectivas e cognitivas das crianças.

Participação da família na escola

Quaisquer que sejam as funções da escola e da família, a relação entre estas duas instituições é sempre inevitável e mais do que isso é sempre desejável.

PARTE B – RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

CAPÍTULO II

Participação da família na escola

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho desenvolveu-se no âmbito das relações família/escola e tem como tema A Participação da Família na Escola: percepções dos pais dos utentes dos Jardins de Infância de uma IPSS da Maia.

Segundo a opinião de QUIVY e CAMPENHOUDT (1998,p.44), qualquer trabalho na área das ciências sociais deverá iniciar-se com uma pergunta de partida que relembre ao investigador, ao longo de todo o projecto, o que é que ele deseja saber, o mais exactamente possível. Assim, o nosso trabalho começou com a elaboração de uma questão de partida que serviu de base para o nosso estudo teórico.

A finalidade da nossa investigação foi conhecer de que forma a escola permite às famílias participarem na escola, se ao nível da partilha do poder ou apenas ao nível da informação das decisões tomadas pela escola. Pretendemos ainda conhecer quais os níveis de implicação das famílias nos processos de decisão da escola e o que pensam relativamente à autoria da iniciativa de participação dos pais e da escola.

No capítulo que agora iniciamos, começaremos por apresentar a metodologia utilizada no nosso estudo, referiremos o instrumento de recolha de dados que utilizamos, o tipo de análise que efectuamos às respostas que obtivemos e apresentaremos ainda a caracterização da amostra do nosso estudo.

2. OBJECTO DE INVESTIGAÇÃO

O objecto do nosso estudo centra-se na compreensão da realidade plurifacetada da participação dos pais em jardins-de-infância de uma IPSS do Concelho da Maia. O

facto de termos centrado o nosso estudo numa IPSS faz admitir que haverá uma política comum aos vários jardins-de-infância. Relembremos que muitos dos estudos que conhecemos relativos à participação dos pais centram-se em ciclos superiores e em escolas públicas. O nosso estudo distingue-se pois por se centrar numa IPSS, procurando compreender a percepção dos pais de crianças de creche e de jardim-de-infância.

2.1 .Metodologia utilizada

Para levar a cabo o nosso estudo optamos por uma metodologia quantitativa: aplicamos um inquérito por questionário, uma vez que pretendíamos obter e tratar respostas de um elevado número de inquiridos.

Para a análise das respostas utilizamos por um lado análise descritiva e por outro análise inferencial com cálculo de tabelas de contingência e a aplicação do teste χ^2 que permite o estudo da variação entre indicadores e conceitos.

2.2 .Instrumento da recolha de dados

A elaboração das questões e respectivas hipóteses de respostas teve como base o aprofundamento da problemática que apresentamos no 1º capítulo.

Alguns autores inspiraram-nos directamente na construção de indicadores relativos a várias perspectivas de abordar a participação.

Por um lado a abordagem de Pateman dos níveis de participação, definidos por referência à intervenção nas decisões fundamenta a questão 7. Por outro lado utilizámos a tipologia de Lima para o estudo do envolvimento na participação na questão 8.

Participação da família na escola

Procurámos ainda uma outra perspectiva utilizando uma tipologia que decorre das reacções face ao descontentamento de Bajoit na questão 9.

Complementarmente a questão que concerne as modalidades de participação reporta-se às categorias de participação dos pais de Teixeira (questão 12).

A questão número 10, pretendeu conhecer a forma de obtenção de informação pelas famílias e fundamentou-se s no conceito de comunicação de Amoureux.

3. AMOSTRA

A nossa amostra é constituída por 572 respondentes, pais de crianças de creche e pré-escolar.

Os filhos dos nossos respondentes frequentam escolas situadas em 8 freguesias do Concelho da Maia

3.1 Onde Quando e Como

O nosso estudo centrou-se numa população constituída pelos pais de alunos de Creche e Jardim de Infância de oito creches e jardins-de-infância de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, do Concelho da Maia.

Os questionários foram distribuídos durante os meses de Março e Abril de 2011.

De 700 inquéritos distribuídos obtivemos respostas de 572 inquiridos.

3.2 Caracterização da Amostra

Para caracterizar a nossa amostra, começaremos por caracterizar os filhos dos nossos respondentes, segundo a idade.

Caracterizaremos também as famílias, segunda a sua relação de parentesco com as crianças, as habilitações, o seu nível de instrução familiar, os contactos intrafamiliares e ainda a situação laboral dos pais.

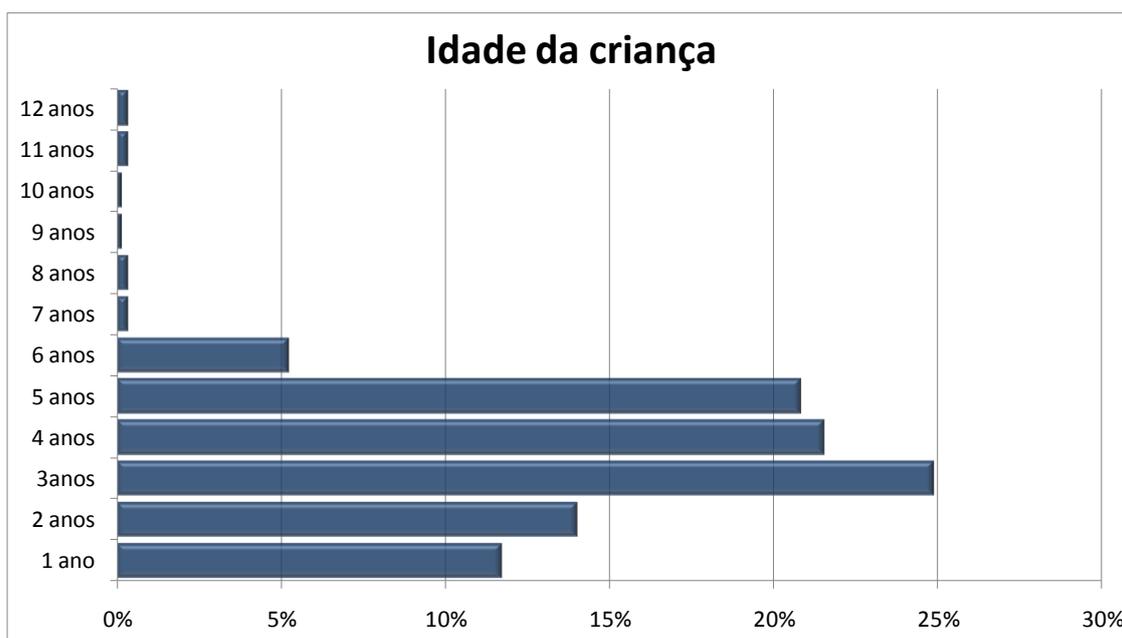
3.2.1 Caracterização da Criança

3.2.1.1 *Idade da Criança*

Como podemos verificar no quadro seguinte a maioria das crianças do nosso estudo têm entre 3 e 5 anos de idade.

Idade da criança		
INTERVALOS	FREQUÊNCIAS	
1	67	11,7%
2	80	14,0%
3	142	24,9%
4	123	21,5%
5	119	20,8%
6	30	5,3%
7	2	0,4%
8	2	0,4%
9	1	0,2%
10	1	0,2%
11	2	0,4%
12	2	0,4%
Totais	571	100,0%

Participação da família na escola



3.2.2 Caracterização da Família

Embora exista uma grande diversidade de composição e modelos familiares nas diferentes sociedades de todo o mundo, é indiscutível a importância que a família sempre ocupou em todas elas, ao longo dos tempos e até aos nossos dias. A forma e nomeadamente os elementos que a constituem, essa tem sofrido grandes mudanças.

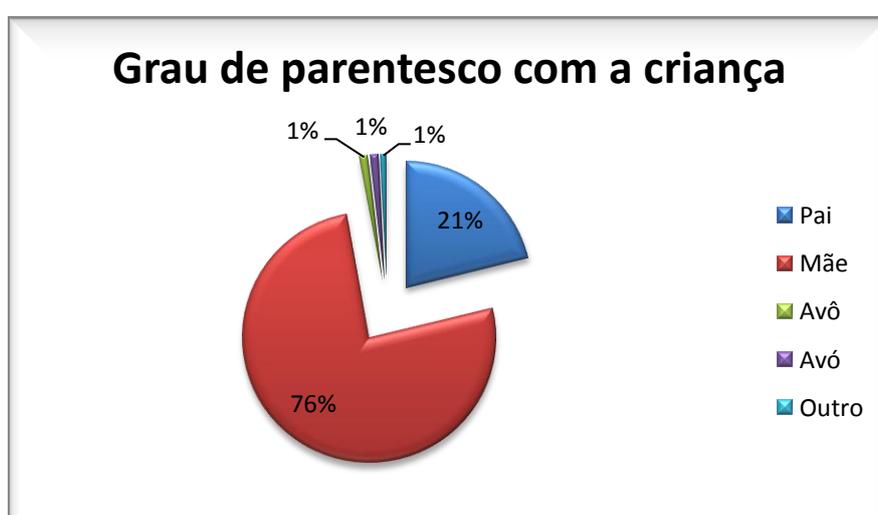
Na nossa investigação pretendemos conhecer a constituição das famílias em estudo e perceber como se estruturam.

3.2.2.1 Parentesco à criança

As questões foram colocadas à pessoa que mais frequentemente vai ao Jardim de Infância. Na análise das respostas, constatamos que independentemente dos recursos culturais e sociais, a maioria dos nossos respondentes foram mães.

Participação da família na escola

	Parentesco ao aluno	
Pai	121	21,2%
Mãe	434	76,0%
Avô	6	1,1%
Avó	6	1,1%
Outro	4	0,7%
Totais	571	100,0%

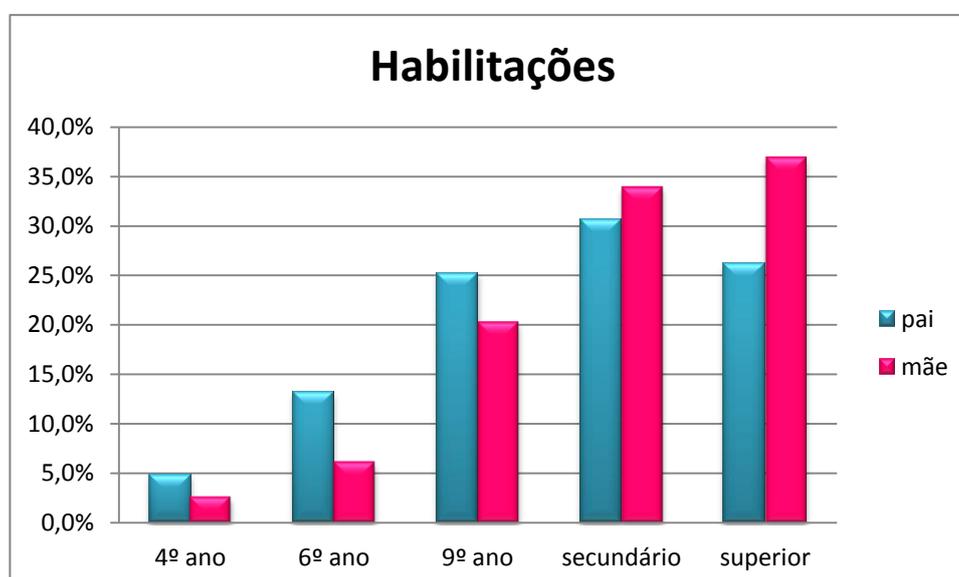


3.2.2.2 *Habilitações dos pais*

Pelos resultados expostos no quadro seguinte, podemos constatar que relativamente aos pais, a maioria tem como habilitações literárias, o secundário e que a maioria das mães, tem como habilitação literária curso superior.

Participação da família na escola

	Habilitações do pai		Habilitações da mãe	
1º ciclo	27	4,9%	15	2,7%
2º ciclo	73	13,2%	35	6,2%
3º ciclo	140	25,2%	115	20,3%
Secundário	170	30,6%	192	33,9%
Superior	145	26,1%	209	36,9%
Totais	555	100,0%	566	100,0%



Constatamos pois que na nossa amostra as mães tendencialmente têm habilitações literárias superiores às dos pais.

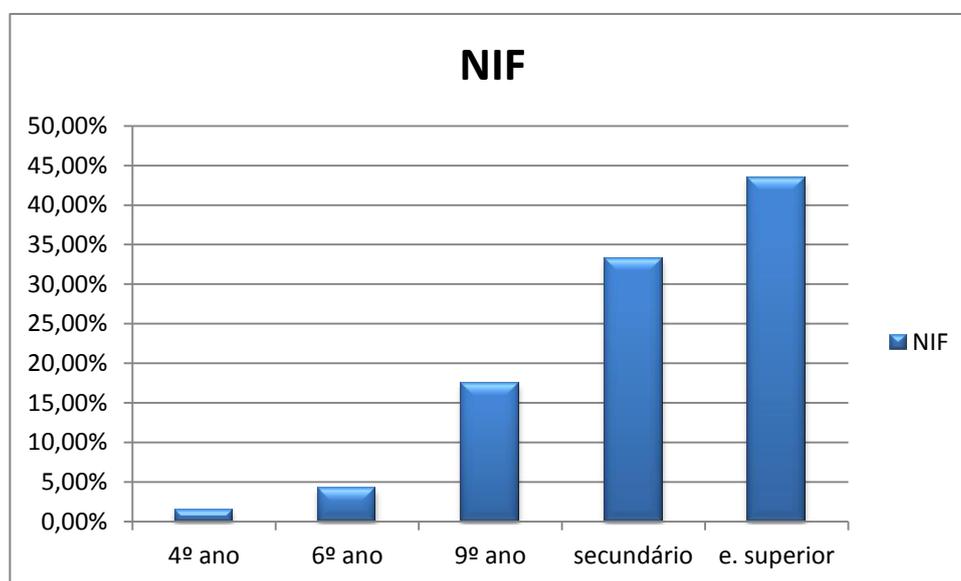
3.2.2.3 *Nível de Instrução Familiar*

Quando quisemos conhecer o nível mais elevado de instrução entre o pai e a mãe, a que denominamos nível de instrução familiar (NIF), os resultados foram os que se apresentam nos quadros seguintes.

Participação da família na escola

NIF		
1º ciclo	9	1,6%
2º ciclo	24	4,2%
3º ciclo	100	17,5%
Secundário	190	33,3%
Superior	248	43,4%
Totais	571	100,0%

Nesta amostra mais de 2 em cada 5 agregados familiares o NIF é de curso superior.



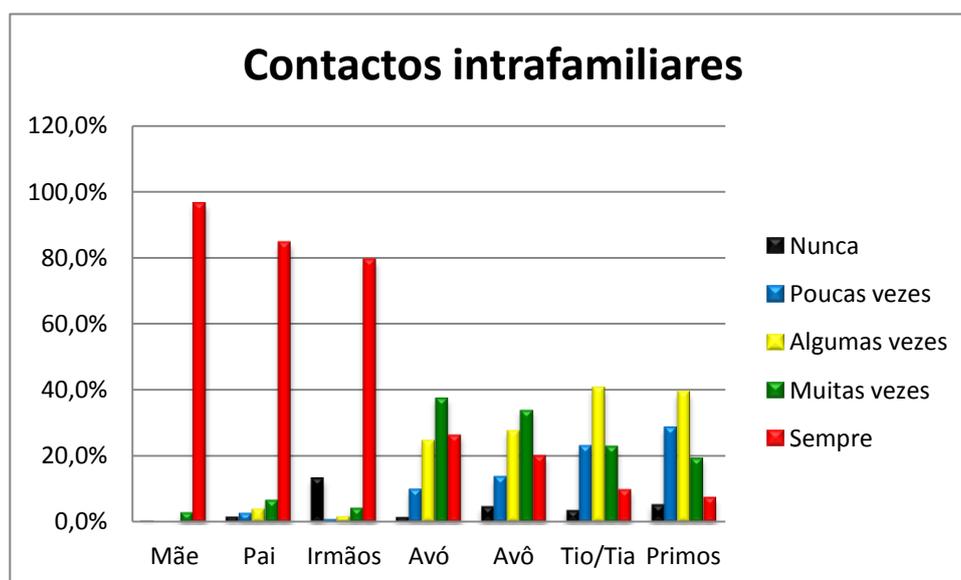
Participação da família na escola

3.2.2.4 Contactos intrafamiliares

Com esta questão pretendemos caracterizar o tipo de família à qual pertencem os nossos respondentes em termos da frequência de contactos com diferentes membros da família.

Quadro de frequências

	Mãe	Pai	Irmãos	Avó	Avô	Tio/Tia	Primos
Sempre	544 96,5%	473 84,6%	311 79,5%	138 26,5%	97 22,2%	50 10%	37 7,6%
Muitas vezes	17 3%	38 6,8%	17 4,3%	195 37,4%	162 33,8%	115 23%	94 19,4%
Algumas vezes	1 0,2%	23 4,1%	7 1,8%	128 24,6%	132 27,5%	203 40,5%	190 39,2%
Poucas vezes	0 0%	16 2,9%	4 1,0%	52 10,0%	66 13,8%	115 23%	138 28,5%
Nunca	2 0,4%	9 1,6%	52 13,3%	8 1,5%	23 4,8%	18 3,6%	26 5,4%
Total	564 100%	559 100%	391 100%	521 100%	480 100%	501 100%	485 100%



Participação da família na escola

Pela análise do gráfico anterior podemos concluir que a maioria dos nossos respondentes afirma contactar sempre com a mãe e com o pai. Pensamos ser também importante referir que a resposta nunca, teve uma fraca percentagem de respostas, relativamente a todos os graus de parentesco.

Este não era o resultado que esperavamos. De acordo com a literatura que exploramos, seria espectável encontrarmos modelos familiares completamente diferentes, com a figura dos avós ausente. Também a monoparentalidade não apresenta valores significativos. A maioria dos nossos respondentes assume que a criança está sempre com os elementos da família nuclear (mãe, pai e irmãos).

Na sequência destes dados procurámos analisar uma amostra de pais das instituições abrangidas neste estudo para compreender a disparidade destes resultados com o que outras investigações referidas na fundamentação teórica do nosso trabalho. Esta análise complementar abarcou 152 famílias que frequentam uma das instituições e constatámos que 58 têm problemas de desemprego. Pai ou mãe estão desempregados e em alguns casos estão os dois em situação de desemprego. Complementarmente fomos também analisar quem é responsável pelo pagamento da mensalidade no Jardim e encontramos 38 casos em que quem efectua o pagamento são os avós. Falamos ainda com a assistente social do lar da misericórdia que nos afirmou que neste momento o lar, que sempre teve uma longa lista de espera, tem quartos livres. Quando contactam as famílias que estão inscritas, as respostas são que de momento como está ou filho ou filha desempregado, ficam com os pais em casa.

Pensamos que poderá ser a enorme crise económica que neste momento está a “obrigar” as famílias a recorrerem aos avós para auxiliarem nas despesas do dia a dia, o que cria condições para uma ligação mais próxima com os avós.

Participação da família na escola

3.2.2.5 *Situação Laboral dos Pais*

Complementarmente procurámos recolher elementos sobre a situação laboral do pai e da mãe.

	Trabalho pai fora de casa		Trabalho mãe fora de casa	
Sim	494	88,5%	459	80,8%
Não	64	11,5%	109	19,2%
Totais	558	100,0%	568	100,0%

Da leitura do quadro que se segue, podemos verificar que a maioria dos pais e mães inquiridos, trabalham fora de casa, embora sejam as mães que em maior percentagem, não trabalham fora de casa.

4. A FAMÍLIA E O JARDIM DE INFÂNCIA

O nosso estudo reporta-se a crianças na faixa etária dos 0 aos 6 anos, idades em que a Creche ou Jardim de Infância que frequentam, assumem uma importância vital, no seu desenvolvimento.

No nosso entendimento, todas as crianças, nesta idade, são uns verdadeiros exploradores que com o intuito de obterem a força e a coragem necessárias para avançarem nas suas descobertas, necessitam de todo o apoio e confiança da sua família e das pessoas que dela cuidam: educadores e ajudantes de acção educativa.

Participação da família na escola

Para começar, quisemos conhecer as razões que originaram a escolha destas Creches ou Jardins de Infância, pelos pais para os seus filhos. Quisemos também saber há quantos anos as crianças frequentam estas respostas sociais.

É nossa convicção que se a relação entre as famílias e os profissionais de educação se caracterizarem pela confiança e respeito mútuos, incluirão um constante dar e receber em conversas sobre o crescimento e desenvolvimento das crianças em que todos os envolvidos têm um interesse comum. Nestes Jardins de Infância existem quadros onde são afixados, diariamente, registos de cada sala, onde constam informações sobre a forma como cada criança passou o dia, nomeadamente no que concerne a alimentação, hora de descanso e controle dos esfíncteres, nas salas de creche e desempenho nas actividades, nas salas de Jardim. Assim, procurámos conhecer de que forma os pais obtêm as informações sobre o dia-a-dia dos seus filhos: através de conversas com os educadores ou através de registos afixados.

Ainda neste âmbito quisemos conhecer a disponibilidade dos pais para a Creche ou Jardim de Infância dos seus filhos.

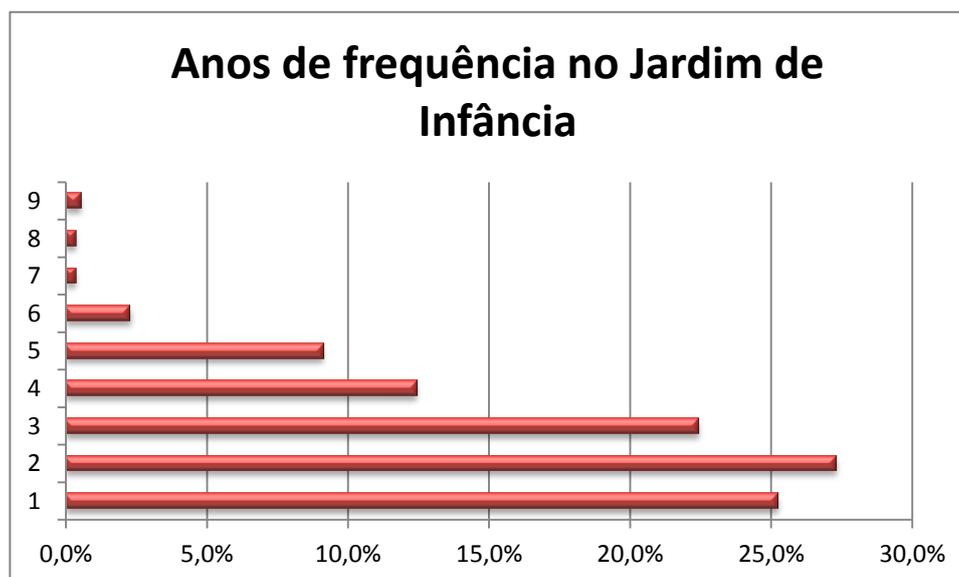
4.1 Anos de frequência da Instituição

Quisemos saber há quantos anos as crianças frequentam o Jardim de Infância, o que pode ser um indicador da familiaridade da família com a instituição.

Participação da família na escola

1 ano	144	25,2%
2 anos	156	27,3%
3 anos	128	22,4%
4 anos	71	12,4%
5 anos	52	9,1%
6 anos	13	2,3%
7 anos	2	0,4%
8 anos	2	0,4%
9 anos	3	0,5%
Totais	571	100,0%

A maioria dos nossos respondentes frequenta a instituição há mais de 1 ano.



4.2 Forma de obtenção da informação

Para conhecermos a regularidade e o tipo de comunicação existente entre a família e a Jardim de Infância/Creche, perguntamos aos nossos respondentes, quando vão buscar os filhos ao Jardim de Infância de que modos obtêm informações sobre a

Participação da família na escola

forma como decorreu o dia: através de conversas informais com a pessoa que entrega a criança ou através da leitura dos quadros afixados nas respectivas salas.

Obtenção de informações						
	Nunca	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre	Totais
Conversando com a pessoa que entrega a criança		1%	8%	18%	73%	100% 571
Lendo quadro afixado	8%	9%	26%	36%	21%	100% 496

A maioria dos nossos inquiridos afirma falar sempre com a pessoa que lhe entrega o filho sobre a forma como decorreu o dia. Era uma resposta espectável, pois diz-nos a nossa vasta experiência de trabalho nesta instituição que existe uma cultura de comunicação directa com as famílias que é alimentada com a prática da entrega diária das crianças, pelas técnicas com quem estiveram ao longo do dia, na sala de actividades. As famílias entregam e vão buscar ao fim do dia, as crianças à respectiva sala, o que obriga a um contacto directo e diário com a educadora ou ajudante de acção educativa.

Pensamos poder afirmar que este tipo de comportamento dos pais se deve ao tipo de comunicação que se desenvolve entre estes e os profissionais da instituição.

Consideramos que nestes Jardins de Infância a comunicação entre os pais e os profissionais de educação pode condicionar a sua forma de actuar. Como afirmam Marc e Picard (s/d, p.37), não podemos falar de comunicação sem falar das relações entre os indivíduos que interagem.

4.3 Disponibilidade dos pais para o Jardim de Infância

No nosso estudo, quisemos conhecer a disponibilidade que os pais afirmam ter para participar na creche e Jardim de Infância dos seus filhos, uma vez que estamos convictos que a falta de disponibilidade pode condicionar a forma de participação destes actores educativos.

Pedimos que respondessem à seguinte pergunta:”Pensando na sua situação dirá que a sua disponibilidade de tempo, para o Jardim de Infância do seu/sua filho/filha é :”

Participação da família na escola

Disponibilidade para o Jardim de Infância		
Muito fraca	20	3,5%
Fraca	77	13,6%
Razoável	303	53,4%
Grande	119	21,0%
Muito Grande	48	8,5%
Totais	567	100,0%

Como podemos constatar no quadro de frequências que apresentamos, a maioria dos nossos respondentes afirma ter razoável disponibilidade para o Jardim de Infância

Estas respostas levam-nos a pensar que a disponibilidade, não é o motivo para que as famílias não participem, no Jardim de Infância dos seus filhos.

4.3.1 Variações da disponibilidade para o Jardim de Infância

Admitimos que a disponibilidade para o Jardim de Infância / Creche poderia variar com diferentes características. Calculámos pois as respectivas tabelas de contingência e o quadro que segue apresenta os respectivos resultados do teste de χ^2 .

	Idade criança	NIF	Sit Laboral da Mãe	Anos de escola
Graus de liberdade	2	4	3	4
χ^2 observado	4,13	4,67	12,78	5,54
Probabilidade observada	0,13	0,32	0,01	0,24

Podemos constatar que na nossa amostra apenas se regista variação significativa da disponibilidade dos pais para o Jardim de Infância com a situação laboral da mãe.

Participação da família na escola

4.3.1.1 Disponibilidade para o Jardim de Infância segundo a situação laboral da Mãe

Pela análise da tabela seguinte, podemos concluir que são as mães que não trabalham fora de casa que assumem maior disponibilidade para o Jardim de Infância, ainda que as mães que trabalham afirmem em maior percentagem terem uma razoável disponibilidade para o Jardim de Infância.

Situação Laboral da Mãe Disponibilidade para j.i.	Sim	Não	TOTAL
Muito Fraca e Fraca [1-2]	88 19%	9 08%	97 17%
Razoável [3]	247 54%	55 51%	302 53%
Grande e Muito grande [4-5]	122 27%	44 41%	166 29%
TOTAL	457 100%	108 100%	565 100%

Graus de liberdade:3 χ^2 observado: 12,78 Probabilidade observada: 0,01

5. ESCOLHA DO JARDIM DE INFÂNCIA

Há uma diversidade considerável de Creches e Jardins de Infância. Temo-nos interrogado muitas vezes sobre qual será a razão que terá tido um peso mais determinante na escolha deste Jardim de Infância. Se há umas famílias que decidem por razões logísticas, outras ponderam razões relativas à instituição ou prestígio ou ambiente.

Participação da família na escola

As respostas que obtemos foram as que se apresentam no quadro seguinte:

Peso na escolha do Jardim ou da Creche						
	Muito fraco	Fraco	Razoável	Grande	Muito grande	Totais
Razões Logísticas						
Questões económicas	4,6%	5,3%	31,6%	28,5%	30,1%	100,0% 548
Proximidade casa ou trabalho	3,6%	2,7%	15,3%	24,9%	53,6%	100,0% 562
Prestígio da Instituição						
Já conhecia por outras crianças	12,0%	7,0%	11,7%	22,9%	46,4%	100,0% 532
Referências da instituição	2,9%	2,2%	10,4%	26,2%	58,4%	100,0% 550
Ambiente da Instituição						
Ambiente acolhedor	1,1%	1,3%	10,0%	37,2%	50,5%	100,0% 549
As crianças desenvolvem-se bem	2,2%	2,0%	9,8%	38,9%	47,1%	100,0% 543

Podemos constatar que o motivo que os pais mais apontam para a escolha da escola dos seus filhos, foi as referências que tinham da instituição, logo seguido pela proximidade de casa ou do trabalho. A razão menos apontada foi a questão económica.

A instituição de que falamos trabalha no Concelho há mais de 50 anos e na área da educação há já 25. Talvez seja esta uma das razões que origine as respostas destas famílias, no que concerne as referências da instituição. A posição da Creche/Jardim de Infância no espaço geográfico também obteve muitas respostas talvez pelos recursos financeiros das famílias e pela compatibilidade de horários de trabalho.

Participação da família na escola

5.1 Escolha por razões económicas

Quando questionamos os pais sobre qual seria o motivo de escolha do Jardim de Infância, as razões económicas foi a resposta que obteve menor percentagem de respostas a assumirem que este factor teve um peso muito grande na sua decisão.

5.1.1 Variações da escolha por razões económicas

Escolha por razões económicas	Situação Laboral da mãe	NIF	Idade da criança	Anos na escola	Disponibilidade
Graus de liberdade	2	4	2	4	4
X2 observado	0,25	38,48	2,65	6,21	6,08
Probabilidade observada	0,88	0,00	0,27	0,18	0,19

Podemos verificar que apenas se registam variações estatisticamente significativas entre a escolha por razões económicas e o NIF.

5.1.1.1 Escolha por razões económicas segundo o NIF

NIF	Até ao 9º ano	Secundário	Superior	TOTAL
Escolha da escola-questoes económicas				
Muito Fraco , fraco e razoável	41 34%	54 29%	132 55%	227 41%
Grande	35 29%	57 31%	64 27%	156 28%
Muito Grande	45 37%	75 40%	45 19%	165 30%
TOTAL	121 100%	186 100%	241 100%	548 100%

Graus de liberdade:4 χ^2 observado: 38,48

Probabilidade observada: 0,00

Participação da família na escola

À medida que aumenta o nível de instrução familiar, diminuiu a escolha do Jardim de Infância por questões económicas. Como se compreende, a baixa escolaridade corresponde a menos hipóteses profissionais o que pode implicar um mais baixo nível económico.

5.2 Escolha por proximidade

Ao questionarmos os pais se a localização do Jardim de Infância foi um motivo decisivo na sua escolha obtivemos uma percentagem de respostas muito significativas a assumir que sim.

5.2.1 Variações da escolha por proximidade

Escolha por proximidade	Situação Laboral da mãe	NIF	Idade da criança	Anos na escola	Disponibilidade
Graus de liberdade	2	4	2	4	4
X2 observado	8,68	3,81	0,01	4,52	9,03
Probabilidade observada	0,01	0,43	1,00	0,34	0,06

No quadro das variações da escolha por proximidade só encontramos variações estatisticamente significativas com a situação laboral da mãe.

Participação da família na escola

5.2.1.1 Escolha por proximidade segundo situação laboral da mãe

Trabalho mãe fora de casa Proximidade casa ou trabalho	Sim	Não	TOTAL
Muito fraco, fraco e razoável	95 21%	26 24%	121 22%
Grande	124 27%	15 14%	139 25%
Muito Grande	232 51%	67 62%	299 53%
TOTAL	451 100%	108 100%	559 100%

Graus de liberdade:2 χ^2 observado: 8,68 Probabilidade observada: 0,01

Ao analisarmos o quadro anterior podemos constatar que a maioria das mães assume que a proximidade do Jardim de Infância é um factor muito importante no momento da sua escolha, mas são as mães que não trabalham fora de casa que admitem ainda em maior percentagem que este factor é muito importante, o que é compreensível, pois fica mais económico.

5.3 Escolha por conhecimentos pessoais

Quando quisemos saber se os conhecimentos que os pais tinham da instituição eram um factor importante na escolha do Jardim de Infância para os seus filhos, as respostas que obtivemos foram no sentido de uma fraca importância dada a esta questão.

5.3.1 Variações da escolha por conhecimentos pessoais

Escolha por conhecimentos pessoais	Situação Laboral da mãe	NIF	Idade da criança	Anos na escola	Disponibilidade
Graus de liberdade	2	4	2	4	4
X ² observado	0,68	7,62	1,28	5,37	2,01
Probabilidade observada	0,71	0,11	0,53	0,25	0,73

Participação da família na escola

Não se registaram variações estatisticamente significativas entre a escolha por conhecimentos pessoais e nenhum dos indicadores.

5.4 Escolha por referência da instituição

As referências que os pais têm da Instituição onde querem colocar os seus filhos, apresentaram-se como a razão mais importante da sua escolha. Foi a opção que obteve a maior percentagem de respostas na área do muito importante.

5.4.1 Variações da escolha por referência da Instituição

Escolha por referência da instituição	Situação Laboral da mãe	NIF	Idade da criança	Anos na escola	Disponibilidade
Graus de liberdade	2	4	2	4	4
X2 observado	2,86	5,14	3,28	9,79	20,46
Probabilidade observada	0,24	0,27	0,19	0,04	0,00

Registaram-se variações estatisticamente significativas da escolha por referência da instituição com os anos de escola e com a disponibilidade.

Participação da família na escola

5.4.1.1 Escolha por referência da instituição por anos de escola

Anos na escola Referências da instituição	1	2 ou 3	4 a 9	TOTAL
Muito Fraco, Fraco e Razoável	21 15%	43 15%	21 16%	85 15%
Grande	42 31%	80 29%	22 16%	144 26%
Muito Grande	74 54%	155 56%	92 68%	321 58%
TOTAL	137 100%	278 100%	135 100%	550 100%

Graus de liberdade:4 χ^2 observado: 9,79 Probabilidade observada: 0,04

Ao analisar o quadro anterior podemos constatar que são os pais com crianças há mais tempo no Jardim de Infância que mais frequentemente afirmam que as referências à instituição foi muito importante na sua decisão. Esta era uma conclusão expectável, pois são estes pais que conhecem melhor a escola dos seus filhos.

5.4.1.2 Escolha por referência da instituição por disponibilidade para o jardim de Infância

Disponibilidade para j.i. Referências da instituição	Muito Fraca e Fraca	Razoável	Muito Grande e Grande	TOTAL
Muito Fraca, Fraca e Razoável	26 27%	40 14%	19 12%	85 16%
Grande	29 31%	80 28%	33 20%	142 26%
Muito Grande	40 42%	170 59%	110 68%	320 59%
TOTAL	95 100%	290 100%	162 100%	547 100%

Graus de liberdade:4 χ^2 observado: 20,46 Probabilidade observada: 0,00

Participação da família na escola

À medida que aumenta a disponibilidade dos pais para o Jardim de Infância aumenta a percentagem de pais que assume que as referências da instituição são muito importantes no momento da escolha da escola. Os pais que assumem uma grande disponibilidade para a escola serão pais interessados na vida da escola e por este motivo é normal que valorizem as referências que tiveram da instituição no momento da escolha do Jardim de Infância para os seus filhos

5.5 Escolha por ambiente acolhedor da instituição

Ao questionarmos os pais se o ambiente acolhedor da instituição é um factor determinante na escolha do Jardim de Infância dos seus filhos, obtivemos como respostas que este é um motivo que assume alguma importância no momento de decidir. Cerca de metade dos nossos respondentes assumem que este factor teve uma importância muito grande.

5.5.1 Variações da escolha por ambiente acolhedor da instituição

Escolha por ambiente acolhedor	Situação Laboral da mãe	NIF	Idade da criança	Anos na escola	Disponibilidade
Graus de liberdade	2	4	2	4	4
X2 observado	3,15	4,33	1,04	13,90	6,71
Probabilidade observada	0,21	0,36	0,60	0,01	0,15

Verificamos pela leitura do quadro anterior que a escolha por ambiente acolhedor só varia com os anos de escola.

Participação da família na escola

5.5.1.1 *Escolha por ambiente acolhedor da instituição segundo anos de escola*

Anos na escola Ambiente acolhedor	1	2 e 3	4 a 9	TOTAL
Muito fraco, fraco e razoável	18 13%	41 15%	9 07%	68 12%
Grande	59 43%	104 37%	41 30%	204 37%
Muito Grande	59 43%	133 48%	85 63%	277 50%
TOTAL	136 100%	278 100%	135 100%	549 100%

Graus de liberdade:4 χ^2 observado: 13,90 Probabilidade observada: 0,01

Verificamos que à medida que aumentam os anos de permanência das crianças no Jardim de Infância, aumenta também a percentagem de pais que assume que o ambiente acolhedor da Instituição foi muito importante no momento da escolha. Estas respostas podem significar que os pais à medida que melhor conhecem a instituição, e tendo em cada ano de refazer a escolha de Jardim para os filhos, mais valorizam o ambiente acolhedor nessa mesma decisão.

5.6 Escolha por condições de desenvolvimento da criança

Quisemos ainda saber se a antecipação de que as crianças se desenvolvam bem em determinado Jardim de Infância, será um factor de peso na hora de escolher um Jardim para os filhos.

As respostas que obtivemos vão no sentido dos pais considerarem importante este factor uma vez que cerca de metade dos nossos respondentes assumiram que o peso

Participação da família na escola

do desenvolvimento da criança é muito importante, no momento de escolher a escola dos filhos.

5.6.1 Variações da escolha por condições de desenvolvimento da criança

Escolha por condições de desenvolvimento da criança	Situação Laboral da mãe	NIF	Idade da criança	Anos na escola	Disponibilidade
Graus de liberdade	2	4	2	4	4
X ² observado	0,58	1,76	5,06	11,73	10,24
Probabilidade observada	0,75	0,78	0,08	0,02	0,04

Na análise do quadro anterior podemos constatar que existem variações entre a escolha por condições de desenvolvimento da criança e os anos de escola assim como com a disponibilidade.

5.6.1.1 Escolha por condições de desenvolvimento da criança segundo anos de escola

Anos na escola	1	2	4	TOTAL
As crianças desenvolvem-se bem	1	3	9	TOTAL
Muito fraco, Fraco e razoável	21 16%	41 15%	14 11%	76 14%
Grande	60 45%	111 40%	40 30%	211 39%
Muito Grande	51 39%	127 46%	78 59%	256 47%
TOTAL	132 100%	279 100%	132 100%	543 100%

Graus de liberdade:4 χ^2 observado: 11,73

Probabilidade observada: 0,02

Participação da família na escola

Como era expectável à medida que aumentam os anos de frequência das crianças no Jardim de Infância, aumenta também a percentagem de pais que assumem que é muito grande o peso que tem o facto das crianças se desenvolverem bem, quando têm que escolher uma escola para os seus filhos.

Com o passar dos anos os pais ficam a conhecer melhor a instituição e estão em melhores condições de avaliar o desenvolvimento dos seus filhos.

5.6.1.2 Escolha por condições de desenvolvimento da criança segundo a disponibilidade para o Jardim de Infância

Disponibilidade para Jardim Infância	Muito Fraca e Fraca	Razoável	Muito Grande e Grande	TOTAL
As crianças desenvolvem-se bem				
Muito fraco, Fraco e razoável	18 20%	40 14%	18 11%	76 14%
Grande	41 46%	114 40%	55 34%	210 39%
Muito Grande	31 34%	134 47%	88 55%	253 47%
TOTAL	90 100%	288 100%	161 100%	539 100%

Graus de liberdade:4 χ^2 observado: 10,24 Probabilidade observada: 0,04

Pela leitura da tabela de contingência anterior podemos constatar que à medida que os pais manifestaram mais disponibilidade para o Jardim de Infância consideraram mais frequentemente muito importante a antecipação de as crianças se desenvolverem bem, no momento de escolherem a escola para os seus filhos.

6. PARTICIPAÇÃO DOS PAIS

Testemunhamos actualmente uma época em que o interesse pela participação das famílias na escola é crescente, facto que se compreende uma vez que parece existir cada vez maior entendimento de que esta relação de reciprocidade é fundamental para o desenvolvimento da criança.

Começamos por questionar os pais sobre a forma como gostariam que o Jardim de Infância funcionasse. Se preferiam que na eventualidade de surgir um problema, o jardim de Infância o resolvesse sozinho ou se, optavam pela resolução do problema em conjunto por pais e Jardim de Infância.

Quisemos também conhecer a forma de estar nas reuniões, por parte dos pais.

Finalmente, procuramos entender a reacção dos pais face ao descontentamento. De que forma reagem quando algo não lhes agrada, na sala dos seus filhos.

6.1 Desejo de Participação no Jardim de Infância

Articulando o funcionamento desejado para o Jardim de Infância com a participação dos pais colocámo-los perante a existência de um problema e solicitámos que nos dissessem como gostariam que o problema fosse resolvido: se com a sua intervenção ou não.

Obtivemos então as respostas que se apresentam no quadro de seguinte:

Participação da família na escola

Quando há um problema, como gostaria que o Jardim de Infância funcionasse		
1. Que o jardim de infância resolva o problema e depois informe os pais.	170	29,9%
2. Que o jardim de infância peça opinião primeiro aos pais e só depois resolva o problema, de acordo com a opinião recolhida.	293	51,5%
3. Que o jardim-de-infância crie um grupo com pais e educadores para resolverem o problema.	106	18,6%
Totais	569	100,0%

A maioria dos respondentes assume que gostaria que o Jardim de Infância pedisse a opinião aos pais e só depois resolvesse o problema.

Com estas respostas, uma vez mais os pais assumem que estão disponíveis para participar na resolução de problemas do Jardim de Infância dos seus filhos.

6.1.1 Variações do desejo de participação no Jardim de Infância

Desejo de participação no Jardim de Infância	Idade criança	Anos de escola	NIF	Sit Laboral da Mãe	Disponibilidade
Graus de liberdade	2	4	4	2	4
χ^2 observado	0,24	5,88	2,96	0,52	3,52
Probabilidade observada	0,89	0,21	0,57	0,77	0,47

Não se registam variações estatisticamente significativas com nenhum dos indicadores, o que nos leva a pensar que os pais da nossa amostra, consideram muito importante participar na resolução de problemas na escola dos seus filhos.

Estes resultados poderão significar que os pais já interiorizaram a importância da participação ao nível da decisão de problemas na escola aspirando a uma verdadeira parceria.

6.2 Participação promovida pela educadora

Na escola acontecem variadíssimas situações que nos permitem avaliar a forma como aos pais é dada a possibilidade de participarem na vida escolar dos seus filhos.

Vários autores têm analisado a prática destas relações alertando-nos para as diversas posturas que os educadores podem assumir em face do envolvimento dos pais no Jardim de infância.

Para analisarmos esta questão, inicialmente seguimos a tipologia de Pateman que define três níveis de participação : pseudoparticipação, participação parcial e participação plena.

Na pseudoparticipação, a nível da decisão, não ocorre nenhum tipo de participação, uma vez que foram usadas técnicas para persuadir a aceitação das decisões que já foram tomadas pela direcção. A participação, a existir, será a nível da execução

A participação parcial, é o processo no qual duas ou mais partes se influenciam reciprocamente no processo de decisão, mas onde o poder final de decidir, pertence só a uma das partes.

A participação plena consiste em dar poder a todos os actores para tomarem parte nos processos de decisão. (1992,pp.95-98).

Para a análise desta questão pareceu-nos interessante utilizar uma tipologia, que embora tenha por base os estudos de Pateman, se adequasse melhor à nossa população. Consideramos a não participação, a auscultação e a participação na decisão.

Assim começaremos por analisar as respostas que obtivemos dos pais, quando inquiridos sobre a forma de actuar dos educadores. Colocamos a seguinte pergunta:

Participação da família na escola

“Quando há um problema que diz respeito ao funcionamento na sala, (por exemplo, alterar as horas das rotinas diárias das crianças, ou decidir os destinos das visitas de estudo), como reage a educadora do seu filho?”

Reacção da educadora		
1. Resolve o problema e depois informa os pais.	257	45,9%
2. Ouve a opinião dos pais e depois decide da melhor maneira.	165	29,5%
3. Decide com os pais a forma de resolver o problema.	138	24,6%
Totais	560	100,0%

Como podemos observar no quadro anterior, a maioria dos nossos respondentes assume que a educadora resolve o problema e depois informa os pais. Estamos perante um caso de não participação. Quem decide é a educadora. Se, tal como afirma Pateman, participar”é um processo no qual duas ou mais partes influenciam-se reciprocamente na tomada de decisões”(1992, p.96), então podemos afirmar que, para a maioria dos respondentes, estamos perante um processo onde a educadora não promove a participação dos pais.

6.2.1 .Variações da Participação promovida pela educadora

Pela análise do quadro seguinte podemos concluir que apenas se registam variações estatisticamente significativas com o nível de instrução familiar

Participação promovida pela educadora	Idade criança	Anos de escola	NIF	Sit Laboral da Mãe	Disponibilidade
Graus de liberdade	2	4	4	2	4
χ^2 observado	1,35	4,62	17,64	0,70	2,87
Probabilidade observada	0,51	0,33	0,00	0,70	0,58

Participação da família na escola

6.2.2 Participação promovida pela educadora segundo o nível de instrução familiar (NIF)

NIF	Até ao 9º ano	Secundário	E.Superior	Total
Participação promovida pela educadora				
Não participação	44 34%	83 44%	130 54%	257 46%
Audição.	42 32%	63 33%	60 25%	165 29%
Participação na decisão	45 34%	43 23%	50 21%	138 25%
TOTAL	131 100%	189 100%	240 100%	560 100%

Graus de liberdade: 4

χ^2 observado: 17,64

Probabilidade observada: 0,00

À medida que aumenta a escolaridade dos pais aumenta a percentagem dos que consideram que não há participação e no outro extremo diminui os que reconhecem que ela existe. Este tipo de tendência poderá estar relacionado com concepção do direito de participação. Os pais com maior nível de instrução serão mais exigentes quanto a serem ouvidos no desenvolvimento do processo educativo, e por isso terão mais expectativas da sua participação na escola.

6.3 Forma de envolvimento nas reuniões

Para conhecermos a forma como os pais participam nas reuniões seguimos a tipologia de Lima no critério do envolvimento: participação activa, passiva e reservada.

A participação activa caracteriza-se por um elevado envolvimento na organização individual ou colectiva.

Participação da família na escola

A participação reservada, encontra-se num ponto intermédio entre a activa e a participação passiva. Caracteriza-se por uma actividade menos voluntária mas não configura uma posição de desinteresse ou de alheamento acentuados. O actor educativo, não se envolve ou envolve-se em níveis mínimos, seja porque não se sente ainda na posse dos dados necessários a um domínio da situação, seja porque não vê claramente as vantagens/inconvenientes que uma participação activa ou passiva lhe pode acarretar.

A participação passiva caracteriza-se por atitudes e comportamentos de desinteresse e de alheamento. Configura-se frequentemente por uma estratégia de não envolvimento ou de um envolvimento mínimo, sem expressão na acção. (cfr.Lima 1992,pp. 182-183). A pergunta que colocamos aos pais foi a seguinte: “Quando numa reunião com a educadora do seu filho, há pais que defendem pontos de vista com os quais não concorda, como reage?”

As respostas que obtivemos foram as seguintes:

Formas de envolvimento nas reuniões		
Reacção dos pais		
1.Peço a palavra e dou a minha opinião.	415	73,2%
2.Espero que os outros pais resolvam o problema porque não gosto de me expor	5	0,9%
3.Só intervenho se for um assunto que afecte o meu filho.	147	25,9%
Totais	567	100,0%

A análise do quadro de anterior permite-nos concluir que a maioria dos respondentes afirma ter uma participação activa nas reuniões dos filhos=pois pede a palavra e dá a sua opinião. Os restantes manifestam-se, praticamente todos, de forma que indicia um envolvimento reservado, que se tornará activo se o assunto disser respeito ao filho/a.

Participação da família na escola

6.3.1 .Variações do envolvimento dos pais nas reuniões com a educadora do seu filho

Como podemos verificar no quadro seguinte a participação dos pais nas reuniões com a educadora, apenas varia com a situação laboral da mãe e com o nível de instrução familiar.

Envolvimento dos pais nas reuniões	Sit Laboral da Mãe		Idade criança	Anos de escola	Disponibilidade
	1	2			
Graus de liberdade	1	2	1	2	2
χ^2 observado	3,68	13,94	0,51	1,73	0,00
Probabilidade observada	0,05	0,00	0,48	0,42	1,00

6.3.2 Envolvimento dos pais nas reuniões com a educadora, segundo a situação laboral da mãe

Na leitura da tabela seguinte podemos afirmar que as mães que têm actividade profissional fora de casa afirmam mais frequentemente do que as outras que pedem a palavra e dão a sua opinião.

Situação Laboral da Mãe	Sim	Não	TOTAL
Activo	343 76%	70 66%	413 74%
Reservado	110 24%	36 34%	146 26%
TOTAL	453 100%	106 100%	559 100%

Graus de liberdade: 1

χ^2 observado: 3,68

probabilidade observada: 0,05

Participação da família na escola

Eventualmente que a experiência profissional fora de casa dê maiores oportunidades de participação em reuniões e/ou de atendimento de público o que lhes permite um maior à vontade na participação.

6.3.3 . Envolvimento dos pais nas reuniões com a educadora, segundo o nível de instrução familiar

NIF Envolvimento nas reuniões Participação	Até ao 9º ano	E.Secundário	Superior	TOTAL
Activo	84 65%	131 70%	200 81%	415 74%
Reservado	46 35%	55 30%	46 19%	147 26%
TOTAL	130 100%	186 100%	246 100%	562 100%

Graus de liberdade: 2

χ^2 observado: 13,94

Probabilidade observada:0,00

Ao analisar o quadro anterior podemos concluir que à medida que aumentam as habilitações dos pais, maior é a percentagem daqueles que optam por um envolvimento activo nas reuniões. Este resultado pode estar associado ao facto de os pais com mais habilitações estarem mais perto da realidade escolar. Poderá ainda significar que um maior grau escolar, torna os pais cidadãos mais activos e conscientes da importância do seu contributo para a vida da escola.

Don Davies, (1989), tem salientado a proximidade entre as famílias de classe média e o universo escolar. Trata-se de famílias que possuem recursos culturais, económicos e sociais que lhes permitem ter "...tanto ou mais prestígio e competência ocupacionais que os professores; ...e têm também os necessários recursos económicos

para proporcionar tempo para encontros com os professores e ajudarem os seus filhos em casa”.(o.c.p.44).

6.4 Reacções dos pais face ao descontentamento

As reacções face ao descontentamento podem ser variadas. Para estudarmos as reacções dos pais perante situações de descontentamento socorremo-nos da tipologia de Bajoit que apoiando-se nas propostas de Hirschman, propõe uma tipologia interessante para o estudo da participação: “loyalty”-lealdade,” voice”-protesto,”exit”-abandono e acrescenta uma nova “apaty” - apatia.

Para conhecermos a forma de reagir dos pais perante uma situação que lhes desagrada, na sala dos filhos, colocamos a seguinte questão no nosso inquérito:

“Quando há um problema na sala do seu filho, que é sentido pela maioria dos pais, como reage?”

Apresentámos várias respostas indiciadoras das três reacções possíveis de quem permanece na organização:

Por um lado a situação que, a partir do descontentamento o indivíduo procura uma solução junto da pessoa que directamente pode fazer com que a situação insatisfatória reverta para uma situação satisfatória - «Falo com a educadora».

Na reacção de protesto procurámos operacionalizar a reacção de quem manifesta o seu descontentamento mas não toma iniciativa para reverter a situação «Faço queixa à direcção». E por fim admitimos a hipótese da apatia «Espero para ver se o problema se resolve».

Participação da família na escola

Reacção dos pais perante uma situação que lhe desagrada		
1. Falo com a educadora.	542	95,8%
2. Faço queixa à direcção	6	1,1%
3. Espero para ver se o problema se resolve.	18	3,2%
Totais	566	100,0%

Ao analisarmos o quadro acima apresentado, podemos verificar que a maioria dos respondentes afirma que perante algum problema na sala do seu filho, fala com a educadora. Os pais assumem que perante uma situação de desagrado, tentam resolver com a educadora. Esta resposta aponta para aquilo que Bajoit denomina lealdade.

7. MODALIDADES DE PARTICIPAÇÃO DOS PAIS

No estudo das modalidades de participação dos pais na escola, utilizamos uma questão de Teixeira, para conhecermos as relações que estes actores estabelecem com a escola.

Utilizaremos as três categorias de participação da autora: pais informados, pais colaboradores e pais parceiros.

Começaremos por analisar o nível de participação de pais informados, apresentando os indicadores parcelares e respectivo indicador agregado e analisaremos ainda as variações estatisticamente significativas.

Passaremos de seguida ao nível de participação de pais colaboradores, dos quais apresentaremos também os indicadores parcelares e agregado. Faremos ainda referência às variações deste indicador.

Finalmente analisaremos o nível de pais parceiros: indicadores parcelares, agregados e da mesma forma que os anteriores, apresentaremos as variações estatisticamente significativas.

Faremos uma comparação dos nossos resultados com um estudo de Teixeira de 2003, para tentarmos perceber se as tendências reveladas são do mesmo tipo ou se pelo contrário revelam divergências.

7.1 Pais Informados

O primeiro nível de participação que quisemos estudar, foi o dos pais informados que são aqueles que têm conhecimento do que acontece na escola, sem qualquer tipo de participação nas actividades que lá se realizam.

7.1.1 Pais Informados: indicadores parcelares

A informação dos pais pode decorrer da sua iniciativa ou da iniciativa da Creche/Jardim de Infância. Assim das quatro frases apresentadas correspondem duas à procura de informação pelos pais e outras duas à disponibilização dessa informação pela Creche/Jardim de Infância

Participação da família na escola

Pais informados	Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Raras vezes	Totais
Os pais informam-se sobre a adaptação e aprendizagem dos filhos	396 69,7%	158 27,8%	9 1,6%	5 0,9%	568 100%
A escola informa os pais sobre a evolução da criança	367 64,5%	171 30,1%	29 5,1%	2 0,4%	569 100%
Os pais informam-se sobre o que se passa na escola	341 59,9%	211 37,1%	14 2,5%	3 0,5%	569 100%
A escola informa os pais sobre o que se passa na escola	292 51,6%	211 37,1%	49 8,7%	15 2,7%	569 100%

Podemos constatar pela análise da distribuição das respostas a estes quatro indicadores a maioria dos nossos inquiridos assumem não só que se informam muitas vezes sobre a adaptação e as aprendizagens dos seus filhos e sobre a escola, como que o Jardim se preocupa muitas vezes a disponibilizar a informação. Salientemos que as respostas relativas aos dois indicadores que relevam da iniciativa do Jardim são ligeiramente menos favoráveis do que as relativas à iniciativa dos pais.

7.1.2 Pais Informados: indicador agregado

A partir das respostas dadas por cada respondente a estes quatro indicadores construímos o indicador agregado de «Pais informados»

Participação da família na escola

Pais informados		
Muito poucas vezes (4)	0	0,0%
5	1	0,2%
6	2	0,4%
7	1	0,2%
Poucas vezes (8)	0	0,0%
9	0	0,0%
10	10	1,8%
11	21	3,7%
Bastantes vezes (12)	57	10,1%
13	73	13,0%
14	119	21,1%
15	135	24,0%
Muitas vezes (16)	144	25,6%
Totais	563	100,0%

Pela leitura dos resultados expostos no quadro anterior, podemos constatar que a maioria das respostas se encontra acima do ponto médio, ou seja na zona de maior intensidade de informação.

7.1.3 Variações de Pais Informados

Dada a distribuição do indicador agregado considerámos os seguintes intervalos para o estudo das variações: Poucas vezes ou algumas vezes [5-12]; Bastantes vezes [13-14] e Muitas vezes [15-16].

No quadro seguinte apresentamos o resultado do teste χ^2 às tabelas de contingência do indicador «Pais informados» com as características de análise.

Participação da família na escola

Agreg.Pais informados	Idade criança	Anos de escola	Sit Laboral da Mãe	NIF	Disponi- bilidade
Graus de liberdade	2	4	2	4	4
χ^2 observado	0,05	7,52	0,45	1,51	7,76
Probabilidade observada	0,01	0,11	0,80	0,82	0,10

Como podemos verificar no quadro anterior, apenas existem variações estatisticamente significativas, entre os pais informados e a idade da criança.

7.1.4 Pais Informados segundo a idade da criança

Idade da criança	1	4	TOTAL
...Agr 12 pais informados	3	6	
Poucas vezes ou algumas vezes [5-12]	54 19%	38 14%	92 17%
Bastantes vezes [13-14]	108 38%	80 30%	188 34%
Muitas vezes [15-16]	124 43%	149 56%	273 49%
TOTAL	286 100%	267 100%	553 100%

Graus de liberdade: 2

χ^2 observado:0,05

Probabilidade observada: 0,01

Da análise da tabela de contingência que apresentamos, podemos afirmar que são os pais das crianças da faixa etária dos 4 aos 6 anos, que assumem em maior percentagem, estar informados sobre a vida do Jardim de Infância dos seus filhos.

Esta resposta pode surpreender pois poder-se-ia admitir que os pais das crianças da creche se preocupassem mais em estar a par com o que se passa com o seu filho/ sua filha de tenra idade. No entanto, a partir da nossa experiência esta resposta era expectável pois nesta faixa etária os pais preocupam-se em saber como se desenvolvem

os seus filhos e muito em especial que tipo de actividades é que realizam no seu dia-a-dia, pelo facto de frequentarem salas de preparação para o 1º ciclo.

7.1.5 Comparação de dados com outras investigações

Comparamos os resultados que obtivemos na nossa investigação com um estudo realizado por Teixeira, (2003), em que a autora abordou o modo como professores e pais analisam a relação família-escola, a partir do ângulo da participação.

Embora este estudo tenha sido realizado com pais e professores, apenas iremos comparar os dados relativos aos pais, por ser este o objecto da nossa investigação.

Participação da família na escola

Quadro Comparativo do estudo de Teixeira com os nosso estudo

Pais informados		Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Raras vezes
Os pais informam-se sobre a adaptação e aprendizagem dos filhos	Teixeira	34,3%	38,6%	18,2%	8,9%
	Amostra deste estudo	69,7%	27,8%	1,6%	0,9%
A escola informa os pais sobre a evolução da criança	Teixeira	32,2%	37,7%	17,9%	12,2%
	Amostra deste estudo	64,5%	30,1%	5,1%	0,4%
Os pais informam-se sobre o que se passa na escola	Teixeira	31,7%	42,1%	19,4%	7,3%
	Amostra deste estudo	59,9%	37,1%	2,5%	0,5%
A escola informa os pais sobre o que se passa na escola	Teixeira	27,54%	35,95%	20,63%	15,88%
	Amostra deste estudo	51,6%	37,1%	8,7%	2,7%

Participação da família na escola

Ao compararmos estes resultados, pensamos poder concluir que os pais da nossa amostra assumem com maior evidência não só que procuram mais informação assim como esta informação lhe é disponibilizada pela Creche/Jardim de Infância. Estes resultados não serão alheios à fase de desenvolvimento em que se situam as crianças da creche e do pré-escolar em relação aos dos ensinos básico e secundário.

7.2 Pais Colaboradores

Os pais colaboradores prestam apoio à escola, participam em actividades e podem dar sugestões para a resolução de problemas. Todavia deixámos para os indicadores de parceria a participação nas decisões

7.2.1 Pais colaboradores; indicadores parcelares

Pais colaboradores	Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Raras vezes	Totais
Colabora em actividades do projecto educativo	134 23,9%	220 39,2	119 21,2%	88 15,7%	561 100%
É pedido aos pais que colaborem em actividades do J.I.	252 44,2%	249 43,7%	47 8,2%	22 3,9%	570 100%
Dá sugestões quando se discute a organização das actividades do J.I.	53 9,5%	213 38,2%	173 31,1%	117 21,0%	557 100%
Os pais são solicitados a dar sugestões para uma melhor organização do J.I.	67 12,0%	204 36,6%	150 26,9%	136 24,4%	557 100%

Como podemos observar no quadro anterior, as respostas mais favoráveis situam-se ao nível da colaboração em actividades. Saliente-se que mesmo aqui a situação mais favorável é do lado da solicitação aos pais e não da colaboração dos pais.

Participação da família na escola

Já quando se trata de saber se os pais participam em termos de sugestões, a distribuição de respostas revela não só que eles se sentem menos solicitados e que ainda menos formulam sugestões.

7.2.2 Pais colaboradores: indicador agregado

A partir destes indicadores parcelares construímos o indicador agregado dos pais colaboradores, que se apresentam no quadro seguinte:

	Pais colaboradores	
Muito poucas vezes (4)	8	1,46%
5	12	2,19%
6	20	3,64%
7	31	5,65%
Poucas vezes (8)	41	7,47%
9	59	10,75%
10	49	8,93%
11	80	14,57%
Algumas vezes (12)	92	16,76%
13	88	16,03%
14	47	8,56%
15	13	2,37%
Muitas vezes (16)	9	1,64%
Totais	549	100,00%

Pela leitura do quadro anterior, constatamos que a maior concentração de respostas se situa em torno de algumas vezes.

7.2.3 Variações de pais colaboradores

No quadro seguinte apresentamos os resultados da aplicação do teste χ^2 às tabelas de contingência que calculámos.

Participação da família na escola

Agreg.Pais colaboradores	Idade criança	Anos de escola	Sit Laboral da Mãe	NIF	Disponibilidade
Graus de liberdade	2	4	2	4	4
χ^2 observado	3,10	12,11	12,26	2,21	30,59
Probabilidade observada	0,21	0,02	0,00	0,70	0,00

Pela leitura do quadro anterior, podemos verificar que existem variações estatisticamente significativas entre o indicador de «pais colaboradores» e os anos de frequência da instituição, a situação laboral da mãe, assim como com a disponibilidade para o Jardim de Infância.

7.2.3.1 Pais colaboradores segundo anos de frequência do Jardim

anos na escola	1	2 a 3	4 a 9	TOTAL
Agr pais colaboradores				
Raras ou Poucas vezes [4-9]	40 29%	94 34%	37 28%	171 31%
Algumas vezes [10-12]	64 47%	113 41%	44 33%	221 40%
Muitas vezes [13-16]	33 24%	71 26%	53 40%	157 29%
TOTAL	137 100%	278 100%	134 100%	549 100%

Graus de liberdade: 4

χ^2 observado:12,11

Probabilidade observada: 0,02

À medida que aumentam os anos de permanência na instituição, maior é a percentagem de pais que diz colaborar muitas vezes. Na colaboração escassa, poderíamos esperar uma tendência inversa. Ora o que encontramos é que os pais das crianças que acabam de chegar assumem ter uma menor fraca colaboração do que os pais cujos filhos já estão no segundo ou terceiro ano de frequência.

Participação da família na escola

Este resultado não nos surpreende pois quando os pais chegam à instituição, as educadoras com o objectivo de rapidamente integrar as crianças e a família, solicitam e proporcionam-lhes mais frequentemente situações de colaboração.

7.2.3.2 Pais colaboradores segundo a situação laboral da mãe

Trabalho da mãe fora de casa Pais colaboradores	Sim	Não	TOTAL
Raras ou Poucas vezes [4-9]	148 33%	22 21%	170 31%
Algumas vezes [10-12]	163 37%	57 55%	220 40%
Muitas vezes [13-16]	132 30%	24 23%	156 29%
TOTAL	443 100%	103 100%	546 100%

Graus de liberdade: 2

χ^2 observado: 12,26

Probabilidade observada: 0,00

A leitura da tabela de contingência anterior, permite-nos constatar que são as mães que trabalham fora de casa que mais frequentemente assumem quer a colaboração mais intensa quer a colaboração menos intensa.

Talvez as mães que não trabalham fora de casa se encontrem ou menos habituadas em participar em grupos ou mais fragilizadas com situações de desemprego e menos motivadas para colaborar.

Participação da família na escola

7.2.3.3 Pais colaboradores segundo a disponibilidade para o jardim de infância

Como seria expectável, a partir desta tabela de contingência podemos verificar que à medida que aumenta a disponibilidade para o Jardim de Infância aumenta a colaboração.

5.disponibilidade para j.i. Pais colaboradores	Muito fraca e Fraca	Razoável	Muito Grande e Grande	TOTAL
Poucas ou algumas vezes (4-9)	50 54%	82 28%	38 23%	170 31%
Bastantes vezes [10-12]	29 32%	118 41%	73 44%	220 40%
Muitas vezes [13-16]	13 14%	88 31%	54 33%	155 28%
TOTAL	92 100%	288 100%	165 100%	545 100%

Graus de liberdade: 4

χ^2 observado:30,59

Probabilidade observada: 0,00

7.2.4 Comparação com dados de outras investigações

Uma vez mais iremos comparar os nossos resultados com os de Teixeira, sob a participação dos pais na escola, desta vez, no âmbito da colaboração.

Participação da família na escola

Quadro Comparativo do estudo de Teixeira com o nosso estudo

Pais colaboradores		Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Raras vezes
Colabora em actividades do projecto educativo	Teixeira	8,9%	27,5%	28,5%	35,2%
	Amostra deste estudo	23,9%	39,2	21,2%	15,7%
É pedido aos pais que colaborem em actividades	Teixeira	13,4%	36,9%	26,9%	22,8%
	Amostra deste estudo	44,2%	43,7%	8,2%	3,9%
Dá sugestões quando se discute a organização das actividades da escola.	Teixeira	9,0%	30,0%	30,0%	30,9%
	Amostra deste estudo	9,5%	38,2%	31,1%	21,0%
Os pais são solicitados a dar sugestões para uma melhor organização da escola	Teixeira	12,1%	33,8%	28,5%	25,7%
	Amostra deste estudo	12,0%	36,6%	26,9%	24,4%

Da análise dos quadros anteriores podemos constatar que existe nos resultados da nossa investigação uma maior cultura de colaboração entre os pais e a escola. Porém esta colaboração é maioritariamente em actividades do Jardim de Infância e do projecto educativo. No que concerne a colaboração na organização do Jardim de Infância, tal como nos dados de Teixeira, os pais assumem em maioria colaborarem raras vezes.

Participação da família na escola

7.3 Pais Parceiros

Parceria, significa participação ao nível da definição da política educativa da escola. Os pais parceiros situam-se ao nível da co-decisão. Participam na resolução de problemas da escola, na tomada de decisão nas matérias que dizem respeito aos seus filhos e em questões de organização da escola. (cfr. TEIXEIRA,2003,180-183).

7.3.1 Pais parceiros: indicadores parcelares

Pais parceiros	Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Raramente
Os pais participam nas decisões relativas aos filhos	214 37,8%	242 42,8%	72 12,7%	38 6,7%
A escola decide muitos assuntos das crianças com os pais	213 37,8%	262 46,5%	69 12,3%	19 3,4%
Os pais intervêm na resolução de problemas.	35 6,3%	142 25,4%	191 34,1%	192 34,3%
A escola pede a intervenção dos pais na resolução de problemas da escola	67 12,0%	204 36,6%	150 26,9%	136 24,4%

Ao analisar o quadro anterior podemos constatar que as respostas que maioritariamente obtiveram muitas vezes, são as que dizem respeito às decisões que tratam dos assuntos das crianças. Por outro lado, a participação, quer a solicitada quer a que eles assumem ter revelam um nível de participação claramente menos intenso.

Estes resultados levam-nos a pensar que em termos de decisões organizacionais o Jardim de Infância ainda está longe de uma relação de parceria. As famílias, quando participam em decisões tendem a fazê-lo essencialmente em aspectos que tocam directamente os seus filhos.

Participação da família na escola

7.3.2 Pais parceiros: indicador agregado

A partir das respostas dadas a estes dois indicadores parcelares construímos o indicador agregado da parceria de pais/escola

	...Agr 12 pais parceiros	
Muito poucas vezes(4)	7	1,3%
5	7	1,3%
6	25	4,6%
7	18	3,3%
Poucas vezes(8)	48	8,8%
9	66	12,0%
10	77	14,1%
11	64	11,7%
Algumas vezes(12)	82	15,0%
13	74	13,5%
14	43	7,8%
15	25	4,6%
Muitas vezes(16)	12	2,2%
Totais	548	100,0%

Da análise da tabela anterior, concluímos que a maioria das respostas se situam numa posição entre o poucas vezes e algumas vezes.

7.3.3 Variações de pais parceiros

Pela análise do quadro seguinte, constatamos que existem variações estatisticamente significativas entre os pais parceiros e o NIF dos respondentes e ainda com a disponibilidade para o Jardim de Infância.

Participação da família na escola

Agreg.Pais parceiros	Sit	NIF	Idade	Anos	Disponibilidade
	Laboral		criança	de	
Graus de liberdade	2	4	2	4	4
χ^2 observado	0,86	17,91	3,77	4,88	14,51
Probabilidade observada	0,65	0,00	0,15	0,30	0,01

7.3.3.1 Pais parceiros segundo o nível de instrução familiar(NIF)

NIF	Até ao 9º ano	Secundário	Superior	TOTAL
...Agr 12 pais parceiros				
Poucas ou algumas vezes [4-9]	27 21%	55 30%	89 37%	171 31%
Algumas vezes [10-12]	50 39%	74 41%	99 42%	223 41%
Muitas vezes [13-16]	51 40%	53 29%	50 21%	154 28%
TOTAL	128 100%	182 100%	238 100%	548 100%

Graus de liberdade: 4

χ^2 observado:17,91

Probabilidade observada: 0,00

Na leitura da tabela dos pais parceiros segundo o nível de instrução familiar, constatamos que à medida que aumenta o nível de instrução dos pais, aumenta também a percentagem de respondentes que assume participar poucas ou algumas vezes. No outro extremo à medida que decresce o nível de instrução familiar, aumentam as respostas de pais que indiciam uma parceria mais frequente.

Este resultado mais uma vez nos surpreende. Seria de esperar que os pais com maiores habilitações estivessem em melhores condições para assumir uma parceria mais intensa. Será que, também neste indicador, são as expectativas diferentes que levam os pais com maiores habilitações a serem mais exigentes e portanto menos positivos na forma como qualificam a sua parceria?

Participação da família na escola

7.3.3.2 Pais parceiros segundo a disponibilidade para o Jardim de Infância

Disponibilidade para J.I.	Muito Fraca	Razoável	Muito Grande e Grande	TOTAL
Agr pais parceiros				
Poucas ou Algumas vezes [4-9]	40 45%	83 29%	48 29%	171 31%
Bastantes vezes [10-12]]	37 42%	120 41%	64 39%	221 41%
Muitas vezes [13-16]	12 13%	87 30%	53 32%	152 28%
TOTAL	89 100%	290 100%	165 100%	544 100%

Graus de liberdade: 4

χ^2 observado:14,51

Probabilidade observada: 0,01

Como seria de esperar são os pais com maior disponibilidade para o jardim de Infância que mais frequentemente dizem que participam muitas vezes nas decisões e inversamente são os que menor disponibilidade revelam que afirmam menos a sua parceria nas decisões.

Participação da família na escola

7.3.4 Comparação com dados de outras investigações

Quadro Comparativo do estudo de Teixeira com o nosso estudo

Pais parceiros		Muitas vezes	Algumas vezes	Poucas vezes	Raras vezes
Os pais participam nas decisões relativas aos filhos	Teixeira	30,8%	36,5%	21,8%	10,9%
	Amostra deste estudo	37,8%	42,8%	12,7%	6,7%
A escola. decide muitos assuntos das crianças com os pais	Teixeira	13,2%	37,4%	30,9%	18,5%
	Amostra deste estudo	37,8%	46,5%	12,3%	3,4%
Os pais intervêm na resolução de problemas.	Teixeira	8,3%	26,2%	31,7%	33,6%
	Amostra deste estudo	6,3%	25,4%	34,1%	34,3%
A escola pede a intervenção dos pais na resolução de problemas da escola	Teixeira	8,8%	25,9%	27,4%	37,8%
	Amostra deste estudo	12,0%	36,6%	26,9%	24,4%

Ao analisarmos o quadro anterior, constatamos que em ambos os estudos, os pais assumem maioritariamente que participam muitas vezes nas decisões relativas aos seus filhos. As questões relativas à participação dos pais na resolução de problemas na escola, foram, também em ambos os estudos as que revelaram menor parceria.

Tal como no estudo de Teixeira, os Jardins de Infância do nosso estudo continuam a não considerar os pais como parceiros, uma vez que se verifica que nos momentos de

Participação da família na escola

resolução de problemas, os pais raramente participam. A sua participação fica circunscrita às decisões que dizem respeito às crianças.

8. INICIATIVA DA PARTICIPAÇÃO

Neste ponto do nosso estudo, quisemos conhecer a opinião dos pais no que concerne a origem das iniciativas de participação: iniciativa dos pais e iniciativa da escola. Quisemos conhecer se a iniciativa é mais assumida pelos pais ou pela escola.

8.1 Iniciativa dos Pais

8.1.1 Iniciativa dos Pais: indicadores parcelares

:	Raramente	Poucas Vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Totais
Pais informam-se sobre o que se passa no J.I.	3 0,5%	14 2,5%	211 37,1%	341 59,9%	569 100,0%
Pais participam nas decisões de organização do J.I.	192 34,3%	191 34,1%	142 25,4%	35 6,3%	560 100,0%
Pais participa nas decisões relativas ao filho	38 6,7%	72 12,7%	242 42,8%	214 37,8%	566 100,0%
Pais informam-se s/ adaptação, aprendizagens do filho	5 0,9%	9 1,6%	158 27,8%	396 69,7%	568 100,0%
Pais colaboram em actividades do projecto educativo	88 15,7%	119 21,2%	220 39,2%	134 23,9%	561 100,0%
Pais dão sugestões da organização das actividades do J.I.	117 21,0%	173 31,1%	213 38,2%	53 9,5%	556 100,0%

Participação da família na escola

Ao analisar o quadro anterior, dos indicadores parcelares da iniciativa dos pais, podemos constatar que a maioria dos pais assumem que se informam muitas vezes sobre as questões que dizem respeito ao que se passa no Jardim de Infância e sobre a adaptação e aprendizagens dos seus filhos. A seguir a maior participação regista-se nas decisões relativas ao filho e mais abaixo a participação em actividades.

A menor participação regista-se nos indicadores relativos à organização do Jardim de Infância, quer participando nas decisões quer mesmo na emissão de sugestões.

As famílias accionam com a escola formas de contacto diversas que, servindo os seus interesses na obtenção de informações sobre assuntos que dizem respeito directamente aos seus filhos, tendem a excluir uma maior participação nas questões escolares e de exercerem o seu direito de assumirem uma certa influência sobre o funcionamento interno da instituição. (cfr, Montandon, 1995, p.203).

8.1.2 Iniciativa dos Pais: Indicador Agregado

A partir da resposta que cada pai/mãe deu a estes seis indicadores parcelares, construímos o indicador agregado “iniciativa dos pais”

Participação da família na escola

...Agr Iniciativa dos pais		
INTERVALOS	FREQUÊNCIAS	
Raramente 6	0	0,0%
7	2	0,4%
8	0	0,0%
9	1	0,2%
10	1	0,2%
11	9	1,6%
Poucas vezes 12	22	4,0%
13	32	5,8%
14	42	7,6%
15	42	7,6%
16	40	7,3%
17	61	11,1%
Algumas vezes 18	74	13,5%
19	64	11,6%
20	71	12,9%
21	44	8,0%
22	29	5,3%
23	7	1,3%
Muitas vezes 24	9	1,6%
Totais	550	100,0%

Da leitura do quadro anterior podemos concluir que a maioria das respostas se situam acima do meio da escala, em torno do algumas vezes.

8.1.3 Variações das Iniciativa dos Pais

Como podemos observar no quadro seguinte só se encontram variações estatisticamente significativas entre a iniciativa dos pais e a disponibilidade para o Jardim de Infância.

Participação da família na escola

Agr Iniciativa dos pais	Trabalho mãe fora de casa	NIF	Idade da criança	Anos na escola	Disponibilidade para j.i.
Graus de liberdade	2	4	2	4	4
χ^2 observado	4,22	3,86	2,18	6,87	37,83
Probabilidade observada	0,12	0,42	0,34	0,14	0,00

8.1.3.1 Iniciativa dos pais segundo a disponibilidade para o Jardim de Infância

Disponibilidade para J.I. Agr Iniciativa dos pais	Muito Fraca e Fraca	Razoável	Muito Grande e Grande	TOTAL
Poucas vezes [7-15]	48 52%	72 25%	30 18%	150 27%
Algumas vezes [16-18]	26 28%	93 32%	55 34%	174 32%
Muitas vezes [19-24]	19 20%	125 43%	78 48%	222 41%
TOTAL	93 100%	290 100%	163 100%	546 100%

Graus de liberdade:4

χ^2 observado: 37,83

Probabilidade observada: 0,00

Na leitura da tabela anterior, como era esperável, podemos verificar que são os pais que têm uma maior disponibilidade para o Jardim de Infância que assumem ter muitas vezes iniciativa de participação no Jardim de Infância. O caso inverso também se regista. São os que menos afirmaram ter disponibilidade para o Jardim de Infância que mais frequentemente revelam uma iniciativa fraca na participação.

Participação da família na escola

8.2 Iniciativa do J.I.

Tal como fizemos para iniciativa dos pais, vamos partir dos indicadores de “pais informados”, “pais colaboradores” e “pais parceiros”, retendo apenas aqueles que se referem à iniciativa do Jardim de Infância.

8.2.1 Iniciativa do Jardim de Infância: Indicadores Parcelares

	Raramente	Poucas Vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Totais
2. O J.I. informa os pais sobre evolução da criança	2 0,4%	29 5,1%	171 30,1%	367 64,5%	569 100,0%
3. O J.I. decide assuntos das crianças com os pais	19 3,4%	69 12,3%	262 46,5%	213 37,8%	563 100,0%
4. O JI pede pais que colaboração em actividades	22 3,9%	47 8,2%	249 43,7%	252 44,2%	570 100,0%
6.O JI solicita pais a dar sugestões p ^a organização do J.I.	136 24,4%	150 26,9%	204 36,6%	67 12,0%	557 100,0%
8. O J.I.dá informações sobre o que se passa no j.i.	15 2,7%	49 8,7%	210 37,1%	292 51,6%	566 100,0%
9. O J.I. decide questões da organização com pais	119 21,3%	153 27,4%	211 37,8%	75 13,4%	558 100,0%

Pela análise da distribuição das respostas aos diferentes indicadores parcelares podemos concluir que a maioria dos nossos inquiridos considera que o Jardim de Infância informa muitas vezes os pais sobre a evolução das crianças. Por outro lado, as questões de organização do Jardim de Infância, foram as que obtiveram respostas menos favoráveis.

Participação da família na escola

8.2.2 Iniciativa do Jardim de Infância: Indicadores Agregados

	...Agr Iniciativa da escola	
Raramente 6	0	0,0%
7	0	0,0%
8	2	0,4%
9	1	0,2%
10	7	1,3%
11	11	2,0%
Poucas vezes 12	15	2,7%
13	18	3,3%
14	22	4,0%
15	42	7,7%
16	43	7,9%
17	60	11,0%
Algumas vezes 18	57	10,4%
19	51	9,3%
20	48	8,8%
21	65	11,9%
22	52	9,5%
23	27	4,9%
Muitas vezes 24	25	4,6%
Totais	546	100,0%

Pela leitura do quadro anterior, constatamos que a maior concentração de respostas se situam acima do meio da escala, em torno do algumas vezes.

8.2.3 Variações Iniciativa do Jardim de Infância

Como podemos constatar pela tabela seguinte só existem variações estatisticamente significativas entre a iniciativa do Jardim de Infância com o nível de instrução dos pais e com a disponibilidade dos pais.

Participação da família na escola

.Agr Iniciativa da escola	trabalho mãe fora de casa	NIF	Idade da criança	Anos na escola	Disponibilidade para j.i.
Graus de liberdade	2	4	2	4	4
χ^2 observado	0,66	9,32	5,36	6,32	15,43
Probabilidade observada	0,72	0,05	0,07	0,18	0,00

8.2.3.1 *Iniciativa do Jardim de Infância segundo o NIF*

NIF ...Agr Iniciativa da escola	1º e 2º Ciclo (1-3)	Secundário 4	Superior 5	TOTAL
Poucas vezes [7-15]	20 16%	40 22%	58 24%	118 22%
Algumas vezes [16-18]	31 24%	52 29%	77 32%	160 29%
Muitas vezes [19-24]	76 60%	89 49%	103 43%	268 49%
TOTAL	127 100%	181 100%	238 100%	546 100%

Graus de liberdade:4

χ^2 observado: 9,32

Probabilidade observada: 0,05

À medida que aumentam as habilitações familiares, por um lado diminui a percentagem dos pais que reconhece a maior frequência das iniciativas da escola e por outro lado vai aumentando o grupo que tem a opinião inversa

Participação da família na escola

8.2.3.2 *Iniciativa do Jardim de Infância segundo a disponibilidade dos pais*

Disponibilidade para j.i. Agr Iniciativa da escola	Muito Fraca e Fraca	Razoável	Muito Grande e Grande	TOTAL
Poucas vezes [8-15]	23 27%	59 20%	36 22%	118 22%
Algumas vezes [16-18]	37 43%	76 26%	46 28%	159 29%
Muitas vezes [19-24]	26 30%	156 54%	83 50%	265 49%
TOTAL	86 100%	291 100%	165 100%	542 100%

Graus de liberdade:4

χ^2 observado: 15,43

Probabilidade observada: 0,00

Da leitura do quadro anterior podemos concluir que são os pais cuja disponibilidade é razoável e muito grande que afirmam em maioria, que a escola assume a iniciativa para promover a sua participação.

9. CONCLUSÃO

A análise dos resultados que obtivemos nas questões relativas à participação das famílias na Creche/Jardim de Infância do nosso estudo, indicaram-nos que esta ainda não reconhece os pais como parceiros educativos.

Na interacção da educadora com os pais, os resultados encontrados revelaram-nos que não é dado às famílias poder para decidir. Ao nível da tipologia de participação proposta por Pateman, os nossos inquiridos maioritariamente consideram que as decisões são tomadas pela educadora, ou seja, aos pais só lhes é permitida uma opinião, pois a decisão final cabe só à educadora, que apenas os auscultou. Os pais apenas são informados da decisão tomada.

Ao questionarmos os pais sobre a disponibilidade que consideravam ter para o Jardim de Infância dos seus filhos, as respostas que obtivemos permitiram-nos concluir que as famílias consideram importante participar na escola, uma vez que a maioria das respostas obtidas foram no sentido de uma razoável disponibilidade. Esta ideia está reforçada com as respostas obtidas na questão sobre a forma de participar nas reuniões.

Os pais assumiram ter uma participação activa, segundo a tipologia de participação de Lima, na resolução de problemas nas reuniões com a educadora dos seus filhos.

Também no estudo da reacção dos pais face ao descontentamento, proposto por Bajoit, pudemos constatar que a atitude da maioria dos respondentes aponta para uma tentativa de resolução do problema através do diálogo com a educadora.

No nosso estudo também procuramos saber com que frequência os pais recebiam informação sobre a vida da escolar dos seus filhos e sobre o Jardim de Infância.

As respostas que obtivemos apontam no sentido de uma grande frequência, nos dois casos.

Participação da família na escola

Quisemos ainda analisar a colaboração dos pais no Jardim de Infância, em actividades e na organização da escola. Pela análise das respostas obtidas, pudemos constatar que os pais assumem em maioria que lhes é pedido para colaborarem muitas vezes, em actividades do Jardim de Infância, mas no que concerne colaborar ao nível da organização do Jardim de Infância, raramente são solicitados a participar.

Ao analisarmos a atitude de parceria entre os pais e a escola, questionamos os pais sobre a participação na vida do filho no Jardim de Infância e sobre a participação na organização escolar. As respostas obtidas permitem-nos constatar que os pais são chamados a participar muitas vezes em assuntos relativos aos seus filhos mas raramente são convidados a participar na organização do Jardim de Infância.

Quando comparamos os nossos resultados com os de Teixeira, concluímos que apenas no âmbito da informação é que obtivemos uma diferença significativa. Na nossa amostra, eventualmente pelo facto de estudarmos crianças na primeira infância, os pais assumem que são mais informados pelo jardim de Infância e informam-se mais do que a amostra do estudo de Teixeira que se refere a crianças do ensino básico e secundário.

No que concerne a colaboração e a parceria os resultados obtidos são muito semelhantes.

Por último, analisamos o nível das iniciativas de participação dos pais e da escola.

Os resultados encontrados apontam no sentido de uma grande iniciativa dos pais, no que concerne informarem-se sobre as questões que dizem respeito aos seus filhos e também uma maior iniciativa da escola em informar os pais sobre a evolução das crianças. Já no que diz respeito a questões no âmbito da organização e decisão de assuntos no Jardim de Infância, as respostas obtidas indicam-nos uma fraca iniciativa por parte do Jardim de Infância.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objectivo de conhecer a relação da escola com as famílias, esta dissertação teve como ponto de partida a análise dos conceitos de Família e Participação.

Abordamos a evolução do conceito de família e a diversidade dos modelos familiares. Analisamos a sua função socializante e a influência da escola na vida das famílias.

Exploramos também a temática da participação, analisando o conceito à luz de vários autores. Estudamos a evolução da participação da família na escola portuguesa e evidenciamos diferentes tipologias para o estudo da participação na escola.

A partir da análise destas problemáticas e da nossa experiência profissional com famílias, elaboramos algumas questões de investigação que nortearam o nosso trabalho e que passamos a referir:

5. A que nível se encontra a participação das famílias na escola? Ao nível da partilha do poder ou apenas ao nível da informação das decisões tomadas pela escola?
6. As famílias cooperam com a escola?
7. Quais os níveis de implicação das famílias nos processos de decisão da escola?

Os resultados obtidos dão-nos acesso a um conjunto de informações sobre a participação das famílias cujos filhos frequentam Creches e Jardins de Infância de uma IPSS, no Concelho da Maia.

Verificamos que nesta instituição existe um mecanismo de comunicação que mantém as famílias e os educadores em permanente contacto.

Este facto leva-nos a pensar que nestes Jardins de Infância, a comunicação é perspectivada como uma necessidade.

Participação da família na escola

Acreditamos que a comunicação é o pilar da participação. “Comunicar é saber criar a comunidade”, (AMOUREUX, p.110), ou seja é através da comunicação que nos relacionamos com os outros, que os fazemos, ou não, sentir reconhecidos.

Na relação da escola com a família, a comunicação assume um papel fundamental. Neste âmbito pensamos que estas Creches/Jardins de Infância estão no bom caminho.

Este estudo evidenciou também que estas famílias, têm uma clara noção do seu papel na escola.

Assumem ter disponibilidade para participar e afirmam claramente que preferem que o Jardim de Infância lhes peça opinião no momento de resolver problemas.

Afirmam que perante um problema, adoptam uma posição de diálogo com a educadora, para desta forma o resolverem. Nas reuniões de pais assumem também ter uma participação activa ou seja, exporem as suas ideias e dar sugestões.

Quando questionados sobre a forma de actuar do Jardim de Infância no âmbito da participação dos pais na escola, as respostas foram muito elucidativas.

A maioria assumiu que perante um problema na sala, a educadora resolve-o sem a participação dos pais. Apenas se limita a informa-los da forma como o resolveu.

Não compreendemos esta atitude por parte dos educadores, uma vez que os pais afirmam estar disponíveis para participar e demonstram uma participação activa nas reuniões. Todos ouvimos o discurso “politicamente correcto” dos professores que apelam ao envolvimento e à participação das famílias mas, quando avaliamos a sua prática, não encontramos muita coerência. (cfr. Sliva, p.389).

No que concerne as modalidades de participação, as famílias da nossa amostra, consideram que o Jardim de Infância se preocupa em informar os pais sobre os assuntos que dizem respeito aos seus filhos e permite também que participem em decisões que digam respeito aos seus educandos.

Participação da família na escola

Realidade bem diferente encontramos quando quisemos conhecer o que se passa ao nível da decisão nos assuntos do Jardim de Infância.

Verificamos que as famílias continuam a ser actores muito ausentes nas decisões no domínio educativo. O Jardim de Infância raramente permite aos pais a sua participação neste âmbito.

Para nós, este deve ser um assunto de grande reflexão, pois consideramos que a relação de parceria das famílias com a escola, é fundamental para o processo educativo dos alunos.

Ao compararmos os nossos resultados com os de um outro estudo de Teixeira, já com cerca de 10 anos, concluímos que a tendência continua a mesma. A escola continua a não considerar os pais como parceiros. O Jardim de Infância apenas permite que as famílias decidam questões relacionadas com os seus filhos.

Alguns autores que têm estudado as relações da escola com as famílias, salientam as posturas que os educadores assumem face ao envolvimento dos pais na vida escolar. DAVIES refere que são poucos os educadores/professores que apoiam uma participação mais activa dos pais na escola, receando que essa situação contribua para criar problemas. (cfr. 1989,p.83).

Comungamos com DAVIES a convicção de que “o envolvimento dos pais proporciona múltiplos e diversos benefícios: para o desenvolvimento e aproveitamento escolar das crianças, para os pais, para os professores e as escolas e para o desenvolvimento de uma sociedade democrática.” (1989,p.37).

Os pais atravessam neste momento uma fase muito difícil, fruto da enorme crise com que o nosso País está confrontado. Acreditamos que será neste momento que a família terá que voltar a ser um pilar estruturante da nossa sociedade e voltar a prestar

Participação da família na escola

um serviço insubstituível, no desenvolvimento e apoio pessoal a cada um dos seus membros.

Esta investigação teve para nós, uma particularidade muito importante, pois trata-se de um estudo realizado às famílias dos nossos alunos.

Em sequência das reflexões que fomos fazendo ao longo deste estudo, entendemos que necessitamos de repensar a nossa prática educativa.

Os nossos respondentes são os pais com quem trabalhamos diariamente. Quando analisamos as suas respostas, apercebemo-nos que efectivamente a nossa escola não considera os pais parceiros educativos. Deixamos que eles decidam questões que dizem respeito aos seus filhos, mas nas questões de organização do Jardim de Infância, eles não têm qualquer participação.

Esta foi a principal questão que nos embaraçou.

Concordamos plenamente com toda a vasta bibliografia sobre este tema onde se fala na importância das relações de parceria com os pais, mas de facto a dificuldade está em operacionalizarmos esta relação.

Sentimos hoje que temos um longo caminho a percorrer pois não nos parece fácil alterar comportamentos especialmente quando não estamos habituados a colaborar.

Mas temos também uma certeza que é a de que desta forma não podemos continuar.

A relação família - escola constrói -se através da melhoria da comunicação e com o reforço da confiança entre estes dois parceiros educativos.

Teremos que criar alianças com os pais de forma que os educadores não sintam que o seu trabalho está a ser invadido e não recebem o trabalho em parceria.

Parafraçando Ballion, (1982, p.148) a questão é como vamos conciliar “contestação e co-gestão”

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO,N.(1993), **A Participação dos encarregados de educação na direcção das escolas**, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional –M.E.
- AMOUREUX, G, “Maitrisier l art de communiquer”, in AUBERT, N,(1996),**Diriger e motiver**, Paris, Les editions d organization, pp77-111 polic.
- ALVES-PINTO, C. (1995), **Sociologia da escola**, Lisboa, McGraw-Hill
- ALVES PINTO, C. (2003), “Da socialização familiar à socialização escolar: representações de pais e alunos sobre as práticas educativas familiares.”,in ALVES
- BAJOIT,G, **Revue française de sociologie,XXIX**,1998,325-345
- DAVIES,D. (1989), **As escolas e as famílias em Portugal, realidade e perspectivas**, , Lisboa, Livros Horizonte
- DIOGO,J .(1998) **Parceria escola-família-a caminho de uma educação participada**,Porto, Porto Editora
- FORMOSINHO,J. (1987), **Cadernos de análise social**, Braga, Universidade do Minho
- GIDDENS,A., (2000), **Sociologia**, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- GIMENO,A., (2001), **A Família, o desafio da diversidade**, Lisboa, Instituto Piaget
- HORTON, P.& HUNT,C., **Sociologia**, São Paulo, McGraw-Hill
- LEANDRO,M. (2001), **Sociologia da Família nas sociedades contemporâneas**, Lisboa, Universidade Aberta
- LIMA,C.L.,(1992) **A escola como organização e a participação na organização escolar**, Universidade do Minho
- MARC E.,E PICARD,D. s/d **A Interação Social**, Porto, Rés Editora
- MARQUES,R.(1989) “Obstáculos ao relacionamento das escolas com os pais”, Revista Eses,nº 1

Participação da família na escola

- MONTANDON,C. e PERRENOUD, P. (2001), **Entre Pais e Professores um Diálogo Impossível? Para uma análise sociológica das interações entre a família e a escola**, Celta Editora, Oeiras
- MUSITU, G, (2003), “A Biodirecionalidade das relações Família/Escola”, ”, in
- OLIVEIRA, J. L.C.D. (1999),**Representações de Professores sobre Participação dos Pais na Escola**, Porto
- PATEMAN,C.,(1992), **Participação e Teoria Democrática**, Editora Paz e Terra, Brasil
- PERRENOUD,P,(1995), **Ofício do Aluno e Sentido do Trabalho Escolar**, Porto, Porto Editora
- PERRENOUD, PH E MONTANDON, C (2001), **Entre pais e professores, um diálogo impossível?, Para uma análise sociológica das interações entre a família e a escola**, Celta Editora, Oeiras
- PINTO,TEIXEIRA,(org.) **Pais e Escola-parceria para o sucesso**, Porto,ISET, 21-70
- PINTO,TEIXEIRA,(org.) **Pais e Escola-parceria para o sucesso**, Porto,ISET, 143-174
- QUIVY E CAMPENHOUDT, (1998) **Manual de Investigação em Ciências Sociais**, Lisboa, Gradiva
- SANTIAGO,R.A.,(1996),**A escola representada pelos alunos, pais e professores**, Universidade de Aveiro,(polic.)
- SARACENO, C. e NALDINI, M. (2003), **Sociologia da Família**, Lisboa, Editorial Estampa
- SEGALEN, M., (1999), **Sociologia da Família**, Lisboa, Terramar
- SILVA, P., (1993),”**A formação de professores, a relação escola-família e o sucesso educativo**”, in DAVIES, D. et al. **Os Professores e as famílias, a colaboração possível**, Lisboa, livros Horizonte, pp77-92

Participação da família na escola

SILVA,P: (2003), **Escola –Família, uma relação armadilhada. Interculturalidade e Relações de Poder**, Porto, Edições Afrontamento

STONER,R.S.,SILVA,P. (2005), **Escola-Família,uma relação em processo de reconfiguração**, Porto, Porto Editora

TEIXEIRA,M.(1995) **O professor e a escola**, Lisboa, Mcgraw-Hill

TEIXEIRA, M., (2003), “Participação dos pais na escola – perspectivas de pais e professores”, in ALVES-PINTO,TEIXEIRA, **Pais e Escola – parceria para o sucesso**, Porto, ISET, 175-208.

WATZLAWICK, PAUL,BEAVIN,JANET H.,JACKSON, DON D.,(1993)**Pragmática da comunicação humana**, São Paulo, Cultrix,

ANEXOS